

Programa de Capacitação em Proteção Territorial

Monitores Territoriais Indígenas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DILMA VANA ROUSSEFF

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL
ALÚSIO LADEIRA AZANHA

COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL
TATIANA RAQUEL ALVES VILAÇA

Programa de Capacitação em Proteção Territorial

Monitores Territoriais Indígenas

REALIZAÇÃO

ESTA PUBLICAÇÃO INTEGRA O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM PROTEÇÃO TERRITORIAL, DESENVOLVIDO PELA COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL (CGMT) DA DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL (DPT) DA FUNAI. É PRODUTO DO PROJETO “DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS”, REALIZAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO, COORDENADA PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO BRASIL-ALEMANHA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O MINISTÉRIO FEDERAL DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO (BMZ) DA ALEMANHA APOIA A EXECUÇÃO DO PROJETO POR MEIO DO APOIO TÉCNICO DA DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT (GIZ) GMBH.

AUTORIA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) – COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL (CGMT)

CONSULTORIA

ANDRÉIA BAVARESCO (CONSULTORA PROJETO GATI – GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA)

REVISÃO TÉCNICA

GABRIELLA CASIMIRO GUIMARÃES, CAROLINA SCHNEIDER COMANDULLI, TATIANA RAQUEL ALVES VILAÇA, THAIS DIAS GONÇALVES

REVISÃO DIDÁTICA

SIMONE FALCONI AKKAWI

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL

LAETICIA JENSEN EBLE

APRESENTAÇÃO

CLARA TEIXEIRA FERRARI

APRESENTAÇÃO DO GUIA DO INSTRUTOR

CLARA TEIXEIRA FERRARI

FOTO DA CAPA

MÁRIO VILELA

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

MÁRIO VILELA E GABRIELLA GUIMARÃES

CATALOGAÇÃO

CLEIDE DE ALBUQUERQUE MOREIRA – CRB 1100

PROJETO GRÁFICO E ARTE

RIBAMAR FONSECA/SUPERNOVA DESIGN

TIRAGEM

1.000 EXEMPLARES

© Copyright 2015 BY FUNAI – GIZ

proibida a reprodução de partes ou do todo desta obra sem autorização expressa dos editores FUNAI – GIZ

Dados internacionais de catalogação
BIBLIOTECA CURT NIMUENDAJU

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO; DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL;
COORDENAÇÃO GERAL DE MONITORAMENTO TERRITORIAL; GIZ (Orgs.).
Monitores Territoriais Indígenas: Programa de Capacitação em Proteção
Territorial. – Brasília: FUNAI/GIZ, 2015.
162p. Ilust.

ISBN: 978-85-7546-047-4

1.Terras Indígenas 2. Proteção Territorial 3. Monitores Territoriais Indígenas I. Título

CDU 572.95(81):502

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
SBS Quadra 02, Lote 14 Edifício Cleto Meireles
CEP 70.070-120 Brasília, DF

Programa de Capacitação em Proteção Territorial

Monitores Territoriais Indígenas

Organização Funai – GIZ

Brasília, 2015

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: POR QUE MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA?	14
1.1 A proteção da natureza e os povos indígenas	23
1.2 Os novos guardiões da terra	26
1.3 A construção do monitor territorial indígena local	28
1.4 A emergência de uma nova categoria de agente comunitário: o monitor territorial indígena	30
CAPÍTULO 2: O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO PESQUISADOR	42
2.1 Diálogo de saberes	46
2.2 Pesquisadores indígenas no Brasil	50
CAPÍTULO 3: O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO MULTIPLICADOR	54
3.1 Educação e povos indígenas	55
3.2 Além da escola: a educação não formal e o meio ambiente	62
3.3 Como disseminar essas informações e envolver toda a comunidade no trabalho de monitoramento ambiental da terra indígena?	63
CAPÍTULO 4: O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO EMBAIXADOR	70
4.1 Povos indígenas e participação cidadã	72
4.2 Espaços públicos, povos indígenas e proteção ambiental	73
4.3 Mediando conflitos: a arte da negociação	79
Capítulo 5: O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO EXECUTOR	82
5.1 Delimitando conceitos: gestão ambiental e territorial	84
5.2 A demarcação das terras indígenas e os novos desafios	89
5.3 Instrumentos de gestão territorial e ambiental	93
5.4 Os ciclos de gestão territorial e ambiental	93
BIBLIOGRAFIA	98
SUGESTÃO DE LEITURAS E MATERIAIS PARA PESQUISA	102
GUIA DO INSTRUTOR	106
Introdução	110
Objetivo	112
Capítulo 1: Por que monitor territorial indígena?	114
Capítulo 2: O monitor territorial indígena como pesquisador	128
Capítulo 3: O monitor territorial indígena como multiplicador	136
Capítulo 4: O monitor territorial indígena como embaixador	140
Capítulo 5: O monitor territorial indígena como executor	150





Apresentação

Em face dos novos contextos e desafios vivenciados pelos povos indígenas e pelo Estado brasileiro, chama a atenção a necessidade de aproximar a abordagem da temática indígena no âmbito estatal ao contexto socioespacial, cultural, político e econômico atual. É neste sentido que a política indigenista vem, desde a última década, centrando esforços na superação de paradigmas conceituais de tutela e assistencialismo que, historicamente, marcaram as

ações governamentais com os povos indígenas no Brasil, e construindo suas bases nas práticas de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

No âmbito do Plano Plurianual da Fundação Nacional do Índio – Funai (2012-2015), desenvolveu-se o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que tem como objetivo garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, contribuindo para

a redução de conflitos territoriais, a proteção ambiental e o fomento a atividades econômicas sustentáveis, bem como a promoção dos direitos sociais que valorizem e dialoguem com as formas de gestão territorial e ambiental praticadas pelos povos indígenas.

Foi neste contexto que surgiu o **Programa de Capacitação em Proteção Territorial**, desenvolvido pela Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT) da diretoria de Proteção Territorial (DPT) da Funai, com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ).

O Programa de Capacitação em Proteção Territorial é voltado para indígenas e servidores da Funai e tem como objetivo principal proporcionar a construção de estratégias de proteção territorial voltadas para a prevenção de ilícitos dentro de terras indígenas. Considerando que a participação indígena nas ações de proteção e promoção de direitos confere efetividade aos trabalhos da Funai e atende aos princípios e diretrizes de participação previstos no Decreto nº 5.051/2004, que promulgou a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; e considerando que o conhecimento dos povos indígenas sobre os seus territórios, o meio ambiente, os seus modos de vida e as formas de organização social é fundamental para o planejamento e a execução de ações de proteção e promoção de direitos, esse programa de capacitação pretende, especificamente, potencializar as práticas de vigilância indígena já existentes, bem como criar condições para o envolvimento das comunidades indígenas em ações de proteção territorial em parceria com a Funai.

Trabalhando temas transversais à proteção territorial, pretende-se levantar discussões junto às comunidades indígenas e servidores da Funai sobre a gestão territorial e ambiental, proporcionando processos educativos

centrados na construção de conhecimentos híbridos para o enfrentamento coletivo do conjunto de desafios que se colocam aos povos indígenas e ao órgão oficial indigenista na atualidade. E assim, buscar novas oportunidades e estratégias de desenvolvimento, gestão e proteção das terras indígenas que reconheçam os conhecimentos e as práticas tradicionais indígenas, que respeitem e garantam os direitos, os modos de organização e a autonomia indígena.

Compõem esse programa, sete temas:

- 1) Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental;
- 2) Cartografia Básica e Uso de GPS;
- 3) Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em Terras Indígenas;
- 4) Vigilância e Proteção de Terras Indígenas;
- 5) Serviços Ambientais: o Papel das Terras Indígenas;
- 6) Monitores Territoriais Indígenas; e
- 7) Uso Preventivo e Manutenção de Equipamentos e Veículos.

Apesar de estarem interligados, cada um destes temas será detalhado separadamente em livros distintos e trabalhados em oficinas de capacitação coordenadas pela Funai. A abordagem desses temas constitui o primeiro passo para um processo de qualificação e nivelamento de entendimentos e práticas sobre proteção territorial. Todo o conteúdo tem potencial para aprofundamento e interação com outras temáticas pertinentes e transversais, como a gestão ambiental, a regularização fundiária, o etnodesenvolvimento e a educação. Situam-se, assim, no amplo universo da gestão territorial e ambiental de terras indígenas e representam importante desafio dos povos indígenas brasileiros na atualidade.

Introdução

Como promover o diálogo entre os conhecimentos ambientais tradicionais dos povos indígenas e os conhecimentos relativos à conservação da biodiversidade da ciência ocidental? Promover uma discussão sobre diferentes sistemas de conhecimento é bastante instigador e traz desafios e responsabilidades que demandam conhecimentos específicos sobre a realidade indígena e a necessidade de um compromisso no respeito à diversidade de visões. Independentemente da complexidade do conteúdo – que pode variar desde os diferentes

sistemas de curas de doenças por meio de plantas ou das alterações do ciclo hidrológico de uma bacia hidrográfica frente às mudanças climáticas –, parte-se do pressuposto de que o respeito às diferentes ideias no diálogo é imprescindível para se obter êxito ao socializar informações e incentivar debates polêmicos.

Atualmente, os povos indígenas representam verdadeiros nichos de conhecimento, considerados extremamente relevantes para o futuro da humanidade. Seus sistemas de manejo dos recursos ambientais são exemplos desses saberes, que começam a ser reconhecidos, valorizados e estimulados em diversas instâncias de poder político. Porém, no que se refere às ações voltadas para a formação de indígenas em temáticas relativas às questões ambientais, prevalecem o absolutismo e as certezas da ciência ocidental.

A soma de conhecimentos tradicionais locais com conhecimentos científicos na formação de **monitores territoriais indígenas** e não indígenas tem se mostrado uma prática bem-sucedida em diferentes regiões da Amazônia, principalmente, porque considera o fato de que as sociedades indígenas e as populações tradicionais sofreram (e ainda sofrem) mudanças significativas na sua relação com a natureza. Atualmente, os desafios são novos e dificilmente podem ser enfrentados apenas com estratégias locais baseadas em conhecimentos tradicionais. O diálogo entre diferentes formas de conhecimentos, sobretudo de conhecimentos indígenas locais e de conhecimentos acumulados nos moldes da ciência ocidental, é um aspecto desejável para melhorar a efetividade de ações de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas. No entanto, nesse processo de diálogo, é importante considerar que a base de construção de estratégias de gestão deve privilegiar os conhecimentos locais e conhecimentos externos (como aqueles propostos pela ciência ocidental ou outros atores) devem ser, antes de tudo, apropriados pelos povos indígenas de acordo com sua lógica e racionalidade específicas.

Para a realização de capacitações que realmente contemplem as múltiplas realidades vivenciadas pelos povos indígenas, é preciso levar em consideração o ponto de vista das comunidades, cuja participação é imprescindível em todos os momentos da formação. Diversas formas de participação ou de cooperação são necessárias, tanto na fase de elaboração quanto na de execução das capacitações. Por essa razão, as metodologias participativas são as mais adequadas e precisam ser discutidas pelos diferentes educadores e técnicos responsáveis pela realização das capacitações.

As capacitações voltadas a povos e comunidades indígenas devem dar especial atenção à:

- 1) fortalecimento da participação indígena na proteção de seus territórios;
- 2) leitura de sua própria realidade e cultura;
- 3) estímulo ao diálogo entre as gerações e entre os saberes tradicionais e científicos;
- 4) identificação da necessidade de criar novos repertórios de conhecimentos; e

- 5) formação de pesquisadores locais para o processo de conquista da autonomia, que reflita em escolhas de adoção, ou não, de novas tecnologias, conhecimentos e atitudes.

Uma percepção crítica de processos formativos voltados para povos e comunidades indígenas focados em temáticas ambientais deve superar a mera transmissão de conhecimentos das ciências da vida, envolvendo-os nos processos de resolução de conflitos e na gestão ambiental. Deve-se aproveitar a complexidade do tema para dar continuidade às reflexões recorrentes, porém atuais, sobre interculturalidade e formação de povos indígenas (Funai, 2010).

Instrumentalizar os povos indígenas com conhecimentos técnico-ocidentais apostando na soma destes com os sistemas de conhecimentos próprios é um caminho para valorização do papel desses monitores na gestão e controle autônomo de seus territórios. A proposta de capacitação para monitores territoriais indígenas se constitui um desafio, uma vez que a gama de conhecimentos e as especificidades dos monitores a serem capacitados é tão diversa e extensa como os desafios que se apresentam para resolução. A presente proposta não pretende se esgotar em si e propõe iniciar a formação de monitores locais em uma temática específica da gestão ambiental e territorial: o controle dos territórios indígenas. Faz-se necessário e indispensável que os monitores a serem capacitados pelas temáticas detalhadas a seguir não deem por esgotado o processo formativo, e que este se constitua como continuado e em processo constante de atualização e, principalmente, adaptação às diversidades e especificidades.

Os capítulos temáticos irão dialogar com essa introdução, que teve como principal objetivo justificar a capacitação em si, esclarecendo para que e por que preparar indígenas para contribuir e participarem do processo das ações de proteção das terras indígenas. A partir daqui, serão esmiuçadas as diferentes atribuições dos *monitores territoriais indígenas*. Seu papel como pesquisador do próprio território será abordado no segundo capítulo temático. A sensibilização de sua comunidade e a inserção dessa temática nas escolas indígenas e demais atividades educativas serão tratadas no capítulo 3, “O monitor territorial indígena como multiplicador”. As relações de articulações e negociações a serem realizadas com atores que orbitam em torno do controle territorial, desde os moradores do entorno à relação com governo e parceiros, serão abordadas no capítulo 4, “O monitor territorial como embaixador”, e as práticas em si, de planejamento e execução de ações efetivas de proteção territorial serão abordadas no último capítulo do livro, intitulado “O monitor territorial indígena como executor”.



Por que monitor territorial indígena?

Quais seriam o perfil e as atribuições necessários para que os povos indígenas, na condição de atores locais, pudessem atuar em ações efetivas de monitoramento territorial e proteção ambiental? Esse ator local deve

se diferenciar de outros membros de sua comunidade? Quais conhecimentos e habilidades seriam necessários para que esse novo ator local possa atuar de forma qualificada, como gestor de seu território, na seara da proteção ambiental?

O foco deste capítulo é a realidade socioambiental vivenciada pelos povos indígenas no que se refere à temática do controle territorial, bem como os desafios contemporâneos enfrentados por esses povos na atualidade. O conteúdo do capítulo irá abordar o histórico do surgimento da questão socioambiental e a relação com a crise ambiental global, suas interfaces com as ações preventivas e protetivas de conservação da natureza e terras indígenas e o papel dos povos indígenas nesse debate.

No que se refere à participação dos indígenas em ações de vigilância ambiental, será apresentada a legislação sobre o tema por meio de leitura crítica e diálogo. A atividade tem como objetivo internalizar e publicizar as ações do Estado sob o ponto de vista de seus executores, ou seja, explicitando a visão dos indígenas envolvidos nas ações de vigilância ambiental e dos servidores responsáveis pelo planejamento e execução dessas ações.



Mario Vieira/Funai

Exercícios de entendimento e fixação



A natureza como recurso

- 1) Leia o texto a seguir.
- 2) Depois da leitura, siga a orientação do instrutor a fim de resgatar a história não indígena de uso dos recursos naturais e as recentes consequências dessa relação.

As conversas e relações entre os temas suscitarão, posteriormente, a discussão sobre a relação entre o surgimento do ambientalismo e a atual preocupação da sociedade ocidental com temas relacionados à proteção dos recursos naturais.

A natureza como recurso

No pensamento dos não indígenas, ou no pensamento ocidental, existe uma importante separação entre o que chamamos de *humanidade* e de *natureza*. Para os não indígenas, apenas os homens têm *cultura* e *organização social*. Isso diferencia os homens de todos os outros seres e coisas que existem no mundo. Essa concepção está presente na ciência e até mesmo em diferentes religiões dos não indígenas.

Dentro dessa concepção, apenas os homens são capazes de criar técnicas para transformar a natureza, produzindo coisas novas. Para os não indígenas, a natureza e tudo o que faz parte dela é entendida como *recurso*, porque pode ser transformado em algum produto.

Para os não indígenas, quase tudo o que é produzido destina-se à troca e pode ser valorado, ou seja, pode ser transformado em mercadoria. Assim, o uso que os não indígenas fazem da natureza e seus recursos sempre teve como objetivo a produção de mercadorias.

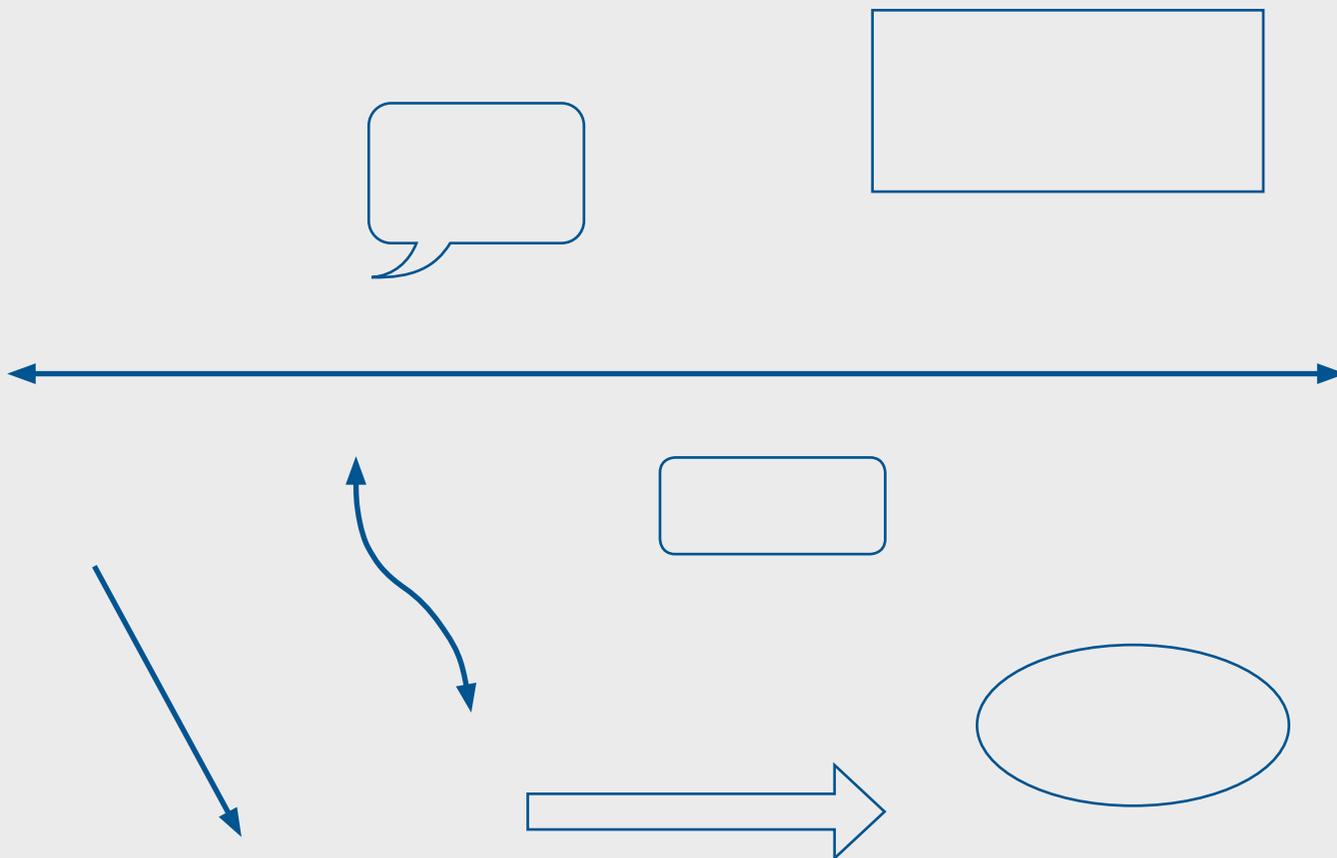
Por isso, muitos não indígenas só enxergam na terra aquilo que pode ser trocado por dinheiro (a madeira, o gado, a soja, o carvão etc.).

Wesley Guará Gavião – Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins (2008).

Linha do tempo do socioambientalismo

1) Usando as figuras e a lista cronológica de eventos a seguir, monte uma linha do tempo.

Nessa linha do tempo você registrará datas, eventos históricos e a criação de leis na regulamentação do uso dos recursos naturais.



Linha do tempo – Mundo

1800 a.C.	Criação do parque para ursos e leões pelo Rei da Pérsia
1423	Determinação de uma floresta protegida – Bialo Wiesa, na Polônia – pelo Rei Jagellon.
1830	George Catlin utiliza pela primeira vez a definição de <i>parque</i> .
1872	Criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América
1933	Convenção sobre a Preservação da Fauna e Flora em seu estado natural.
1962	Conferência de Seattle.
1968	Conferência da Biosfera.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente ou Conferência de Estocolmo (Suécia).
1982	Conferência de Nairóbi.
1987	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento lança o Relatório Brundtland, que apresenta pela primeira vez a definição de <i>desenvolvimento sustentável</i> .
1992	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro – conhecida como Eco-92.
1992	Convenção da Biodiversidade Biológica.
1995	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, em Copenhague.
1997	Protocolo de Kyoto propõe a redução da emissão de gases de efeito estufa.
2002	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johanesburgo.
2012	Rio+20.

Linha do tempo – Brasil

1797	Carta Régia: decreto real que visava coibir o corte não autorizado pela coroa de determinadas espécies de árvore, cuja madeira, considerada nobre (cedro, mogno, outras), representava importante recurso para a metrópole.
1861	Instituição das Florestas da Tijuca e das Paineiras como áreas para conservação.
1911	Publicação do livro <i>Mapa florestal do Brasil</i> , de Luís Felipe Gonzaga.
1934	Criação do Código Florestal – Decreto nº 23.793.
1934	Criação do Código dos Recursos Hídricos.
1936	Criação do Código da Fauna.
1937	Criação do Parque Nacional de Itatiaia.
1965	Novo Código Florestal – Lei nº 4.771 e no 7.803.
1967	Proteção à Fauna – Lei nº 5.197.
1981	Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938.
1992	Criação do Ministério do Meio Ambiente – Lei nº 8.490.
1997	Sistema Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9.433.
1998	Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605.
1999	Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795.
2000	Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei nº 9.985.
2012	É instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – Decreto nº 7.747/2012.
2012	Reformulação do Código Florestal – Lei nº 12.651/2012.

1.1 A proteção da natureza e os povos indígenas

Nos últimos séculos, o modelo de produção dos não indígenas, baseado na acumulação de riquezas por meio da exploração dos recursos naturais, vem trazendo consequências para a qualidade de vida das pessoas e para a oferta de recursos naturais, que são transformados em bens e mercadorias.

Novas tecnologias permitiram uma maior e mais eficaz exploração de recursos, e também maior ocupação e controle territorial pelos não indígenas. Mas a transformação cada vez mais acelerada da natureza teve graves consequências.

Muitas áreas foram desmatadas para retirada de madeira, abertura de lavouras e de pastos para a criação de gado. O surgimento e o crescimento das cidades e das indústrias significaram a poluição de rios e a degradação de muitos recursos naturais. Por sua vez, a exploração do trabalho e as desigualdades sociais aumentaram, assim como os conflitos pela terra. Enfim, a degradação das condições de vida das pessoas no mundo todo começou a gerar questionamentos sobre esse modelo de “desenvolvimento” dos não indígenas e sobre a sua forma de se relacionar com o meio ambiente. Pressionados pela sociedade, os governos de vários países começaram a perceber que era necessário incorporar questões relacionadas ao meio ambiente à gestão de seu território.

No Brasil não foi diferente, e o Estado criou leis, órgãos e políticas para cuidar do meio ambiente, principalmente a partir da década de 1970. Essa nova preocupação em cuidar do meio ambiente foi mudando o pensamento dos não indígenas.

Alguns não indígenas começaram a perceber que o modo de vida, os conhecimentos e as formas de manejo dos diferentes povos indígenas são muito importantes para a preservação do meio ambiente. Afinal, foi justamente por meio desses conhecimentos e práticas que se constituiu grande parte da biodiversidade existente hoje.

E foi assim que as terras indígenas entraram na discussão da preservação do meio ambiente. Nos últimos anos, o Estado brasileiro e parte da sociedade vêm pensando em políticas públicas que incentivem os povos indígenas a continuarem cuidando de suas terras. Um exemplo foi a elaboração, com participação dos povos indígenas do todo o país, da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas, a PNGATI (Decreto nº 7.747/2012).



Exercícios de entendimento e fixação

1.2 *Os novos guardiões da terra*

A discussão sobre o controle do território e as estratégias de vigilância, fiscalização e monitoramento não é novidade para os povos indígenas. Desde os tempos antigos, as conversas nos pátios das aldeias, nas casas dos homens ou nas sedes de associações giram em torno desses temas. Diferentes técnicas, estratégias e muito conhecimento tradicional estavam envolvidos em habilidosas formas de proteger seu território.

Então, cabe perguntar: *se os antigos defendiam tão bem o seu território, para que discutir, com a participação do Estado, o papel dos indígenas na proteção de suas terras?*

É que muita coisa mudou! Desde a chegada dos não indígenas, os impactos ambientais que as terras indígenas vêm sofrendo preocupam as comunidades e as lideranças. Esses problemas ambientais e novos desafios, que vão desde a implantação de obras de infraestrutura, os conflitos entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente, as invasões e as novas necessidades de usar os recursos naturais da terra para melhorar a qualidade de vida nas aldeias, são temas frequentes entre as lideranças e as entidades parceiras.

Os não indígenas chegaram muito perto. Os territórios, antes com grandes extensões, diminuíram e os desafios de se ter uma boa vida dentro deles aumentaram. Por outro lado o Governo Brasileiro, percebendo todo esse

movimento e por fazer parte do seu trabalho, criou leis para regular o uso e acesso aos recursos naturais que a natureza oferece. As terras indígenas não ficaram fora dessa. Também há leis que contribuem para a manutenção da integridade dos territórios indígenas. Mas também há regras que os povos indígenas devem seguir para ajudar o Estado a manter suas terras saudáveis. É importante conhecer essa história, essas leis e juntar tudo isso com o conhecimento dos antigos para enfrentar, nos dias de hoje, o desafio de controlar e monitorar sua terra indígena.

Para conversar sobre novos papéis e atribuições dos indígenas no processo de proteção de seus territórios é necessário pensar o que é preciso saber e o que é preciso fazer, levando-se em consideração a realidade de hoje, para enfrentar os desafios da proteção territorial.

É preciso somar o arco e flecha ao papel e a caneta e construir novas armas para essa luta!

1.3 A construção do monitor territorial indígena local

Até o momento, tratou-se sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas em um contexto contemporâneo pós-demarkação. Estabeleceram-se parâmetros para os participantes da capacitação no que se refere ao histórico do ambientalismo e em relação às atuais preocupações mundiais com a proteção ambiental e o futuro da sustentabilidade das terras indígenas.

Agora é momento de refletir sobre o papel dos povos indígenas como principais interessados na proteção de seus territórios, que compõem, nos dias de hoje, juntamente com outras categorias, o conjunto das áreas protegidas brasileiras. É necessário definir quem são esses atores que vão exercer o papel de **monitores territoriais indígenas** comunitários responsáveis pela disseminação de conhecimentos e informações pertinentes à proteção territorial. E garantir que estejam preparados para, de forma participativa, planejar ações de controle do território, subsidiar suas comunidades de informações sobre legislação indigenista e ambiental e, ao mesmo tempo, participar de forma ativa em ações de vigilância territorial.

1.4 A emergência de uma nova categoria de agente comunitário: o monitor territorial indígena

1.4.1 Experiências brasileiras de formação complementar em gestão territorial e ambiental em terras indígenas

Há cerca de 20 anos, a sociedade brasileira vem experimentando uma nova dinâmica, construindo processos de participação e intervenção nas políticas públicas e respeitando a diversidade cultural dos diferentes grupos sociais que a constituem. Os povos indígenas fizeram parte desse movimento e acumularam algumas conquistas, como a proteção de seus territórios, serviços diferenciados de saúde e educação, bem como o direito de fazer a sua gestão. Com isso, veio a profissionalização dos jovens indígenas, que se tornaram professores, agentes de saúde, chefes de postos indígenas, chefes de postos de vigilância, agentes ambientais, entre outros.

As principais iniciativas indígenas e indigenistas desenvolvidas no Brasil abarcam, em alguma medida, um componente de formação de representantes indígenas locais para atuarem como multiplicadores e assessores técnicos na gestão ambiental de suas aldeias. São iniciativas que relacionam os diversos conhecimentos e não simplesmente os aspectos técnicos e científicos

e partem do pressuposto de que a gestão territorial e ambiental das terras indígenas deve ser realizada pelos próprios indígenas, com autonomia e participação ativa do Estado, na implementação das políticas públicas. Para tanto, trabalham, em suas ementas, projetos políticos pedagógicos e/ou conteúdos programáticos, conceitos tradicionais e históricos de territorialidade e as transformações, pressões e mudanças que surgem com a demarcação e o impacto de grandes projetos de desenvolvimento. Buscam formas de incentivar a associação do conhecimento indígena com os conhecimentos ocidentais na elaboração de planejamentos, e a discussão de propostas para construção de modelos alternativos de uso dos recursos naturais. A gestão territorial e ambiental é tratada holisticamente e a partir das visões indígenas de seus territórios. São programas que trazem novas maneiras de pensar e se relacionar com os problemas da conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo que buscam valorizar saberes e práticas de manejo indígenas.

Na subseção a seguir, tem-se o relato de uma iniciativa pioneira de formação de agentes ambientais indígenas no estado do Acre e, na sequência, um quadro com as principais experiências desenvolvidas até o momento no Brasil e as instituições responsáveis por sua implementação.

1.4.2 O programa de formação de agentes agroflorestais indígenas

O programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas é uma ação educacional de formação profissional de jovens e adultos indígenas de diferentes etnias e regiões do estado do Acre para a gestão territorial e ambiental de seus territórios e seu entorno. Desde 1996, esta ação educacional é desenvolvida como parte das estratégias do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC). Esse programa faz parte de um trabalho mais amplo de apoio e assessoria ao Acre indígena nos vários aspectos de suas demandas políticas atuais. Por meio dessa linha de trabalho, pretende-se oferecer subsídios para que os próprios membros das comunidades indígenas locais possam refletir, intervir e encontrar as possíveis soluções para os vários problemas socioambientais de suas terras em processo de demarcação, já demarcadas ou em expansão territorial. Considera-se especialmente importante, no programa, a expressão e o registro dos aspectos culturais de sua compreensão do ambiente por meio da discussão das técnicas tradicionais e dos saberes diversos, entendidos

nas suas complexas relações homem-natureza. Prioriza-se, nesse trabalho educativo, a capacidade para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas, que compreende o manejo dos diferentes recursos naturais e agroflorestais que essas sociedades vêm utilizando no seu dia a dia.¹

Nessa perspectiva de reconhecer o trabalho desempenhado pelos povos indígenas na gestão de seus territórios, a Funai, por meio da Portaria no 1.682/2011, regulamentou, em 2011, o pagamento de auxílio financeiro aos indígenas que atuam em ações de proteção territorial e etnoambiental em terras indígenas. Em 2013, essa portaria foi substituída pela Portaria no 320/2013, que amplia a gama de ações que podem ser remuneradas.

No quadro 1, a seguir, pode ser observado um levantamento de iniciativas semelhantes à de formação em monitores territoriais indígenas.

¹ Obs.: em dezembro de 2009, a Comissão Pró-Índio do Acre teve seu Projeto Político-Pedagógico e Curricular para a Formação Profissional e Técnica Integrada à Educação Básica dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Ministério da Educação (MEC). No projeto, as reuniões, encontros e articulações fazem parte da disciplina Conhecimento em Rede, cuja metodologia pode se dar enquanto intercâmbio de viagens para conhecimento de experiências de gestão territorial e produção cultural, ou pode acontecer em uma articulação em rede, que são espaços de entendimento e definição de políticas públicas indígenas. Para maiores informações, acessar: <www.cpiacre.org.br/>.

QUADRO 1

Iniciativas relacionadas à formação de monitores territoriais indígenas

Iniciativa	Organização responsável	Sítio na internet
Programa de Formação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas	CIR, Ibama e Funai	http://www.cir.org.br
Formação de Agentes Indígenas de Manejo	Instituto Socioambiental – Programa Xingu	http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/xingu
Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas	Comissão Pró-Índio do Acre, AMAIAC	www.cpiacre.org.br
Formação de Agentes Ambientais Indígenas Timbira – <i>Mentwajë</i> Ambiental	Centro de Trabalho Indigenista – CTI e Associação Wyty-Catë dos Povos Timbira do MA e TO	www.trabalhoindigenista.org.br
Curso de Guarda Parque Indígenas	Ecam	www.equipe.org.br
Curso de Agentes Ambientais Indígenas	Kanindé	www.kaninde.org.br
Formação de Agentes Socioambientais	Iepé	www.institutoiepe.org.br
Formação de Agentes Ambientais Indígenas das TIs do Oiapoque	TNC e APIO	www.povosindigenasdooiapoque.com.br
Centro Amazônico de Formação Indígena	COIAB, TNC e Ipam	www.coiab.com.br
Formação de Pesquisadores Indígenas	Instituto Socioambiental, Programa Rio Negro	www.socioambiental.org



A Funai e os monitores territoriais indígenas: parceria para o monitoramento das terras indígenas

1) Leia a Portaria no 320 e marque com caneta hidrocor os trechos ou artigos que não compreender.

PORTARIA Nº 320/PRES, de 27 de março de 2013

Estabelece diretrizes e critérios para a concessão, execução e controle de pagamento de auxílio financeiro pela Funai aos indígenas que participam das ações de proteção e promoção de direitos.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012,

Considerando que, no cumprimento de sua missão de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, a Funai tem por princípios o respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações e a garantia da proteção territorial e conservação do meio ambiente nas terras indígenas, da promoção de direitos sociais, econômicos e culturais e da participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito, consoante referenda o Capítulo I, art. 2º, do Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012;

Considerando que a participação indígena nas ações de proteção e promoção de direitos confere efetividade aos trabalhos da FUNAI e atende aos princípios e diretrizes de participação previstos no Decreto nº 5.051/2004, que promulgou a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;

Considerando que o conhecimento dos povos indígenas sobre os seus territórios, o meio ambiente, os seus modos de vida, as formas de organização social e as dinâmicas de ocupação territorial de povos indígenas isolados é fundamental para as ações de proteção e promoção de direitos sob responsabilidade da Funai e que esta reconhece os serviços ambientais prestados pelas terras e povos indígenas;

Considerando que o Decreto nº 1.775/96, em seu artigo 2º, parágrafo 3º, determina a participação do grupo indígena envolvido em todas as fases do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas;

Considerando a necessidade de regulamentar a concessão, execução e controle de pagamento de auxílio financeiro para indígenas participantes das ações promovidas por esta Fundação, em cumprimento às obrigações estabelecidas no Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, contribuindo para a efetivação e qualificação de políticas públicas relacionadas, por meio da adoção de critérios objetivos, em atendimento aos princípios da administração pública, garantindo apoio complementar à subsistência familiar dos indígenas que se ausentam temporariamente de suas atividades cotidianas durante o período das atividades executadas pela Funai; resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes e critérios para concessão, execução e controle do pagamento de auxílio financeiro aos indígenas que participam das ações de proteção e promoção de direitos promovidas por esta Fundação.

Art. 2º O auxílio financeiro concedido a indígenas que participam das atividades de promoção e proteção de direitos tem como finalidade prover apoio complementar à subsistência familiar dos indígenas que se ausentam temporariamente de suas atividades produtivas cotidianas para realizar atividades em apoio às ações da Funai.

DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Art. 3º Para fins de concessão de auxílio financeiro, consideram-se ações de proteção e promoção de direitos aquelas relacionadas a:

- I – promoção ao desenvolvimento sustentável;
- II – regularização fundiária;
- III – proteção territorial e etnoambiental.

Art. 4º As ações de promoção ao desenvolvimento sustentável são voltadas à efetivação de direitos sociais e de cidadania, bem como as de gestão ambiental, de mitigação e compensação de impactos decorrentes de interferências externas às terras indígenas e de promoção ao etnodesenvolvimento, compreendendo as seguintes atividades:

- I – mobilização, articulação e controle social, projetos comunitários, seminários, reuniões, cursos, processos de formação e informação, dentre outros, afetos à promoção ao desenvolvimento sustentável e com vistas à qualificação de políticas públicas relacionadas;

II – mutirões de cidadania e para melhoria e acompanhamento da fiscalização de obras de infraestruturas comunitárias realizados pela Funai e/ou em parceria com outros órgãos ou entidades da Administração Pública;

III – tradução em ações voltadas à promoção ao desenvolvimento sustentável.

Art. 5º As ações de regularização fundiária são voltadas à efetivação de direitos territoriais dos povos indígenas, bem como as de defesa judicial e legislativa de direitos territoriais indígenas, compreendendo as seguintes atividades:

I – as inerentes aos Grupos Técnicos constituídos por Portaria da Funai para realizar estudos de identificação e delimitação de terras indígenas nos termos do Decreto nº 1.775/96 e outros procedimentos de competência da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação;

II – as relacionadas à demarcação física e aviventação dos limites das terras indígenas, levantamento fundiário e outros de competência da Coordenação Geral de Geoprocessamento e da Coordenação Geral de Assuntos Fundiários, no âmbito dos procedimentos administrativos de demarcação e de regularização de terras indígenas;

III – atos processuais judiciais ou extrajudiciais vinculados à regularização fundiária de terras indígenas e que exigem a participação de indígenas, inclusive na condição de parte, testemunha, interveniente, acompanhante ou tradutor em ações judiciais, reuniões e audiências extrajudiciais;

IV – audiências públicas no âmbito do poder legislativo.

Art. 6º As ações de proteção territorial e etnoambiental são voltadas à proteção das terras indígenas e à proteção de povos indígenas isolados, compreendendo as seguintes atividades:

I – ações de vigilância territorial e ambiental de terras indígenas;

II – ações de localização e monitoramento de referências de povos indígenas isolados;

III – ações de proteção e promoção da posse plena indígena sobre suas terras, alcançando as áreas mais vulneráveis e ameaçadas por atividades ilegais, respeitados os modos de vida e formas de gestão dos povos indígenas.

DOS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 7º São critérios para a concessão do auxílio financeiro aos indígenas nas ações de proteção e promoção de direitos:

I – a indicação pelas respectivas comunidades, lideranças ou organizações indígenas, conforme as regras de organização e controle social de seu povo, mediante comunicação formal à Funai, de forma a legitimar a escolha;

II – a representatividade das diferentes etnias e/ou terras indígenas, quando aplicável;

III – que os indígenas indicados:

- a) sejam maiores de dezoito anos;
- b) possuam documento de identificação civil;
- c) apresentem conhecimentos e aptidões para o desenvolvimento das atividades específicas a serem realizadas conforme planos de trabalhos;
- d) não possuam vínculo funcional ou relação laboral com a Funai ou com qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública.

§ 1º Os indígenas que forem indicados como representantes em reuniões relativas à discussão de políticas públicas de proteção e promoção de direitos e a ações de defesa de direitos indígenas se comprometerão a repassar as informações recebidas para suas comunidades e organizações.

§ 2º Os indígenas indicados para cursos de formação e/ou capacitação deverão apresentar comprovação de sua participação, por meio de certificado e/ou controle de frequência.

§ 3º É vedada a concessão de auxílio ao mesmo indígena por prazo superior a noventa dias consecutivos, salvo se as Coordenações Gerais responsáveis pela atividade apresentarem solicitação e justificativa para a excepcionalidade e o pedido for deferido expressamente pela respectiva Diretoria, na esfera de sua competência.

Art. 8º São critérios específicos para a participação de indígenas nas ações de regularização fundiária, adicionalmente aos critérios gerais elencados no artigo 7º desta Portaria:

I – os indígenas indicados por suas comunidades, lideranças ou organizações indígenas, conforme as regras de organização social e controle social de seu povo, devem residir na terra indígena ou área de ocupação em estudo pelo Grupo Técnico, ou na área objeto de demarcação física, aviventação de limites, levantamento fundiário;

II – os indígenas devem apresentar conhecimentos e aptidões para tarefas de tradução, guia, relato de memória tradicional e histórica, tarefas de reconhecimento de marcos e limites, acompanhamento dos trabalhos de demarcação física, aviventação de limites e de levantamento fundiário conforme definido no plano de trabalho ou plano operacional;

III – em casos de terras indígenas cujos estudos de identificação e delimitação envolvam mais de um povo indígena, as indicações de participação indígena no Grupo Técnico deverão ser consensuadas entre os diferentes grupos, contando, preferencialmente, com a participação de representantes de cada um dos grupos envolvidos.

§ 1º A indicação dos participantes, descrição de aptidões e conhecimentos e o tempo em campo para a realização das atividades que prevejam a participação indígena deverão ser encaminhados à Diretoria de Proteção Territorial por meio de planos operacionais dos Grupos Técnicos.

§ 2º Serão observadas as particularidades dos procedimentos de demarcação de terras para povos indígenas isolados, especialmente quanto a não obrigatoriedade do contato, garantindo o direito ao pleno exercício de sua liberdade e modo de vida tradicional.

Art. 9º São critérios específicos para a participação de indígenas nas ações de proteção territorial e etnoambiental, adicionalmente aos critérios gerais elencados no artigo 7º desta Portaria:

- I – os indígenas devem residir no território objeto das ações de vigilância territorial e ambiental e/ou em áreas próximas no caso das ações de localização e monitoramento de referências de povos indígenas isolados;
- II – os indígenas indicados devem declarar formalmente o seu não envolvimento em atividades ilícitas e/ou prejudiciais ao convívio em sua comunidade, tais como venda de madeira, garimpo, caça e pesca ilegais, tráfico de drogas, alcoolismo e outros;
- III – os indígenas devem apresentar aptidão física e ter conhecimento dos acessos à área interna e ao longo do perímetro da terra indígena objeto das ações de vigilância territorial e ambiental e/ou de localização de referências de povos indígenas isolados;
- IV – a indicação dos indígenas que participarão das ações coordenadas pela Funai deverá observar a representatividade das diferentes aldeias e/ou etnias da(s) terra(s) indígena(s) objeto dos planos de trabalho de proteção territorial da Funai e/ou conforme planos de trabalhos de localização de referências de povos indígenas isolados.

§ 1º Serão priorizados os indígenas que comprovarem experiência em ações de vigilância de terras indígenas ou de localização de referências de povos indígenas isolados, ou que tenham formação em agente ambiental ou de combate a incêndio.

§ 2º A indicação dos participantes, descrição de aptidões e conhecimentos e o tempo em campo para a realização das atividades que prevejam a participação indígena deverão ser encaminhados à Diretoria de Proteção Territorial por meio de planos de trabalho de proteção territorial e/ou de planos de trabalho de localização e monitoramento de referências de povos indígenas isolados.

DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 10. O pagamento de auxílio financeiro aos indígenas deverá ser efetuado por meio do Elemento de Despesa 33.390.48.01, observados os seguintes procedimentos:

I – a solicitação de recursos para custear a concessão do auxílio financeiro de que trata esta Portaria deve ser apresentada pelas Coordenações Regionais e/ou Frentes de Proteção Etnoambientais da Funai à Coordenação Geral competente, em prazo não inferior a 15 dias, contados da data prevista para a realização da atividade, mediante plano de trabalho contendo a comprovação dos requisitos elencados nesta Portaria, com o detalhamento das atividades e definição prévia e justificada do número dos indígenas indicados para recebimento do auxílio e a respectiva identificação dos participantes;

II – os recursos serão descentralizados para as Coordenações Regionais da Funai, após análise e aprovação do plano de trabalho pela Coordenação Geral e autorização expressa da Diretoria competente;

III – as Coordenações Regionais da Funai serão responsáveis pela apresentação de relatório de atividades executadas, com a respectiva prestação de contas dos pagamentos de auxílio financeiro aos indígenas, nos prazos determinados pelas Coordenações Gerais competentes.

§ 1º Nos casos em que a atividade for realizada por iniciativa de Coordenação Geral das Diretorias da Funai, a elaboração e apresentação do plano de trabalho, da solicitação de recursos e do relatório de atividades executadas ficarão sob sua responsabilidade, devendo observar o prazo estabelecido no inciso I.

§ 2º A concessão de auxílio financeiro só poderá ser realizada diretamente ao beneficiário, não se admitindo qualquer tipo de intermediação, devendo as Coordenações Regionais apoiar os indígenas na obtenção de documento de identificação civil sempre que necessário.

§ 3º O pagamento de auxílio financeiro será realizado por meio de ordem bancária ao indígena, excepcionalmente, nos casos do participante não possuir conta bancária apta para o recebimento.

§ 4º O pagamento de auxílio financeiro aos indígenas somente poderá ser efetuado após a aprovação de plano de trabalho e a autorização expressa da Diretoria competente previstas no inciso II deste artigo.

Art. 11. O auxílio financeiro consiste em benefício de caráter individual, nominal e intransferível.

Parágrafo único. O auxílio financeiro a ser concedido não possui natureza de benefício assistencial e não se confunde com os benefícios pagos pelo Governo Federal.

Art. 12. O auxílio financeiro poderá cobrir, excepcionalmente, despesas com alimentação e hospedagem durante os deslocamentos e pernoites necessários à participação em atividades afetas à proteção e promoção de direitos dos povos indígenas, na forma prevista no art. 13 desta Portaria, quando não providenciadas pela administração pública.

Parágrafo único. O pagamento de auxílio financeiro previsto no caput deste artigo não exige a administração de adotar as providências administrativas necessárias para promover e fornecer as condições adequadas de hospedagem, alimentação e transporte para os participantes, sempre que as atividades forem realizadas fora das terras indígenas em que habitam os representantes indígenas.

Art. 13. O auxílio financeiro terá valor equivalente a:

I – 30% (trinta por cento) do valor estipulado pelo Governo Federal para a concessão de diárias de servidores estatutários federais não ocupantes de cargos em comissão ou de natureza especial, se a atividade for realizada na terra indígena em que reside o participante, mas esse tenha que se afastar temporariamente de suas atividades produtivas cotidianas para participação; ou se a atividade for realizada fora de terra indígena de residência do participante sendo os custos com alimentação e hospedagem garantidos pela instituição organizadora.

II – 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado pelo Governo Federal para a concessão de diárias de servidores estatutários federais não ocupantes de cargos em comissão ou de natureza especial, se a atividade for realizada fora de terra indígena de residência do participante, quando custeada a hospedagem pela instituição organizadora, mas não a alimentação;

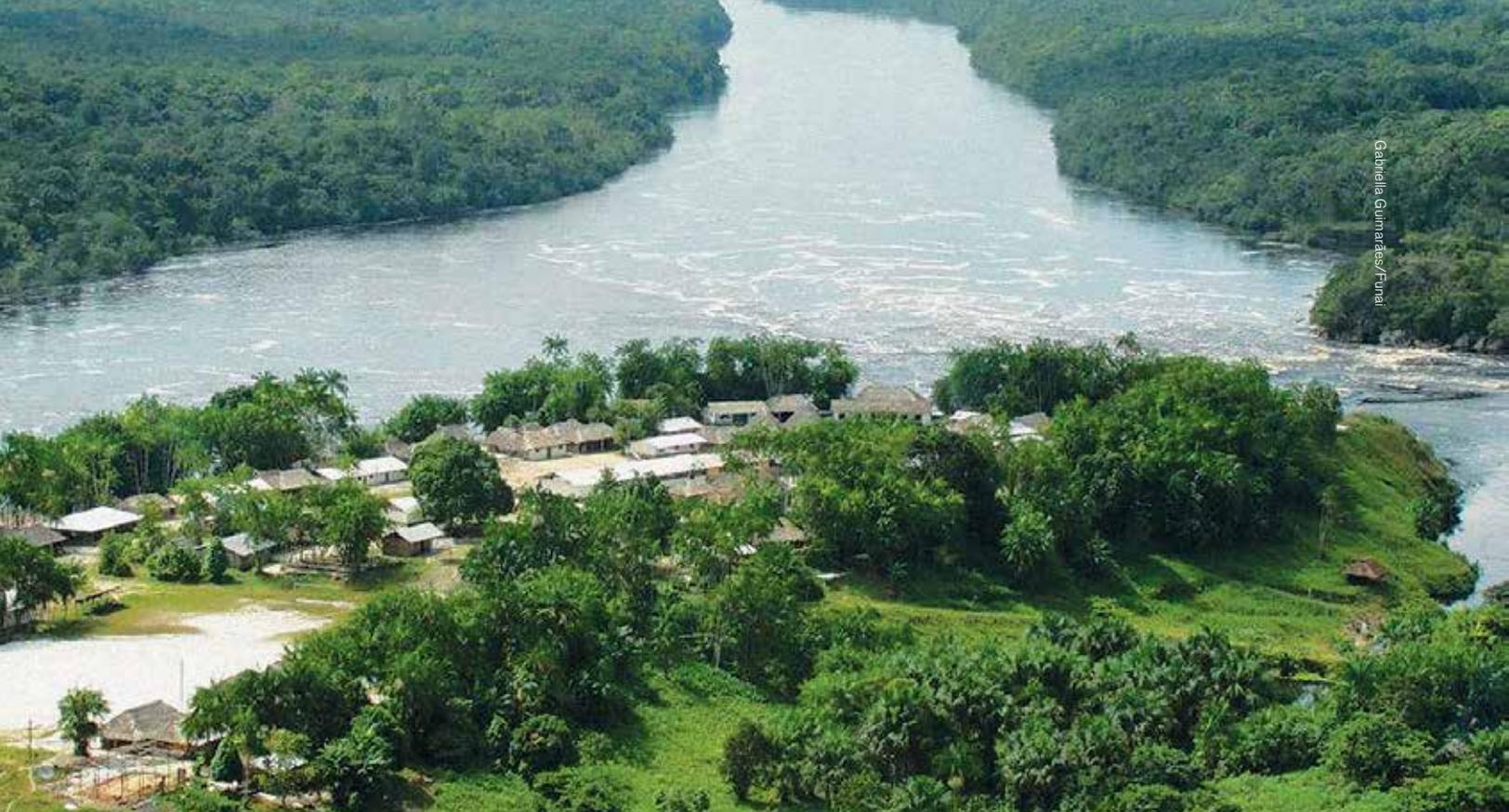
III – 70% (setenta por cento) do valor estipulado pelo Governo Federal para a concessão de diárias de servidores estatutários federais não ocupantes de cargos em comissão ou de natureza especial, se a atividade for realizada fora de terra indígena de residência do participante, quando custeada a alimentação pela instituição organizadora, mas não a hospedagem;

IV – 100% (cem por cento) do valor estipulado pelo Governo Federal para a concessão de diárias de servidores estatutários federais não ocupantes de cargos em comissão ou de natureza especial, se a atividade for realizada fora da terra indígena de residência do participante e a alimentação e a hospedagem não forem custeadas pela instituição organizadora.

Art. 14. Os casos omissos, as demais situações excepcionais e as dúvidas na aplicação desta Portaria serão dirimidos pela Diretoria Colegiada da Funai.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Portaria no 1682/Pres/Funai, de 08 de dezembro de 2011 e a Portaria no 116/Pres/Funai, de 14 de fevereiro de 2012.

MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO
Presidente da Funai



O monitor territorial indígena como pesquisador

Neste capítulo, as reflexões versam sobre a importância da produção de informações e conhecimentos sobre as terras indígenas e seus ambientes. A discussão sobre conhecimento, pesquisa e ciência irá subsidiar o uso das informações pesquisadas e

produzidas no planejamento, bem como a execução de ações de gestão territorial e ambiental indígenas.

Discute-se também a interface entre os sistemas de conhecimentos ambientais indígenas e o sistema de conhecimento ambiental ocidental, bem como a necessidade atual de somar conhecimentos e produzir informações qualificadas para garantir integridade às terras indígenas e autonomia aos povos indígenas.

Na formação de monitores territoriais indígenas e não indígenas locais, a soma de conhecimentos tradicionais locais e conhecimentos científicos tem se mostrado uma prática bem-sucedida em diferentes regiões do Brasil, principalmente, porque considera o fato de que as sociedades indígenas sofreram (e ainda sofrem) mudanças significativas na sua relação com a natureza.

Atualmente, os desafios são novos e dificilmente podem ser enfrentados apenas com estratégias locais baseadas em conhecimentos tradicionais. O diálogo entre diferentes formas de conhecimento, sobretudo de conhecimentos indígenas locais e de conhecimentos acumulados nos moldes da ciência ocidental, é um aspecto desejável para melhorar a efetividade de ações de gestão ambiental nas terras indígenas.

No entanto, nesse processo de diálogo, é importante considerar que a base de construção de estratégias de gestão deve privilegiar os conhecimentos locais, e os conhecimentos externos (como aqueles propostos pela ciência ocidental ou outros atores) devem ser, antes de tudo, apropriados pelos povos indígenas de acordo com sua lógica e racionalidade específicas.



Exercícios de entendimento e fixação

2.1 *Diálogo de saberes*

Com o avanço das leis de proteção aos conhecimentos tradicionais e com a maior participação dos povos indígenas na elaboração de políticas públicas, vêm sendo desenvolvidas no Brasil diferentes experiências com a formação de pesquisadores indígenas. A garantia às ações de monitoramento territorial com participação indígena deve ser pautada pela capacitação de representantes locais em temas pertinentes à realidade socioambiental, por meio de discussões que privilegiem o diálogo entre o sistema de conhecimento ocidental e o sistema de conhecimentos tradicionais ambientais nativos. Por meio do tema transversal *monitoramento territorial*, é possível promover discussões acerca da gestão territorial e ambiental na construção de novos conhecimentos, de modo que os dois sistemas de conhecimento possam se aliar no enfrentamento dos novos desafios contemporâneos.

Ainda nos dias de hoje, há um vácuo na produção de conhecimentos científicos e informações acerca da sociobiodiversidade das terras indígenas brasileiras, os quais poderiam ser utilizados nas estratégias de monitoramento territorial. Essa lacuna deve ser preenchida com a participação e o protagonismo dos povos indígenas, para que os conhecimentos sejam apropriados e utilizados localmente, com potencial de capilaridade para outras realidades socioambientais. Nesse sentido, sugere-se que

os monitores territoriais indígenas possam ter acesso a conhecimentos científicos ocidentais e, por meio do diálogo equitativo com os sistemas de conhecimentos nativos, gerar soluções para o desafio da proteção das terras indígenas.

Entre as principais qualidades que os indígenas que atuam diretamente em ações de proteção territorial devem possuir, a mais importante é conhecer seu próprio território. Para realizar a gestão da terra indígena, pensar o seu futuro e garantir sua integridade em parceria com a comunidade, é importante conhecê-la a fundo. Conhecer suas potencialidades, suas riquezas e suas ameaças faz parte do conjunto de saberes necessários para cuidar (gerir) seu território. Mas, nos dias de hoje, com a facilidade de acesso às cidades e às estradas, com a disponibilidade de meios de transporte, a diminuição de locais para fazer roçados e a compra de alimentos industrializados, os indígenas não estão mais caminhando por toda terra indígena. As caçadas e as caminhadas para coletar frutas estão diminuindo. As aldeias estão sendo construídas, preferencialmente, em locais com facilidade de acesso às cidades. O conjunto de fatores citados expõem os limites da terra indígena. As estradas tornam-se pontos vulneráveis para invasões e atividades ilícitas. É preciso, ainda, mapear as riquezas do território, que também são cobiçados pelos não indígenas. São esses os locais de maior vulnerabilidade do território. Como conhecer melhor o território, mesmo em uma nova realidade?

2.2 Pesquisadores indígenas no Brasil

A reportagem a seguir trata de uma experiência de formação de pesquisadores indígenas.

Pesquisadores indígenas de São Gabriel da Cachoeira investem em conhecimento tradicional

Pesquisadores da Escola Municipal Indígena Maatzero, localizada na Comunidade Tunuí Cachoeira, no Rio Içana, município de São Gabriel da Cachoeira, iniciaram o processo de formação de agentes agroflorestais indígenas do povo Baniwa. A ação, que engloba professores e alunos indígenas, recebe apoio do programa Jovem Cientista Amazônida (JCA), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). De acordo com o professor da escola, Daniel Benjamin da Silva, em língua Baniwa, Maatzero significa “pessoa com muita capacidade de produzir arte”. Além de Daniel, que é consultor técnico, a pesquisa envolve seis estudantes da escola, que oferece ensino fundamental e médio. É em torno dessa “pessoa” que se concentra o trabalho de formação de agentes agroflorestais. A atividade é parte da pesquisa Uso de Espécies Frutíferas em Sistemas Agroflorestais na Comunidade de Tunuí Cachoeira, coordenada pelo pesquisador Rinaldo Sena, diretor da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, como ação de extensão da unidade escolar federal.

Os jovens pesquisadores estão se preparando para aplicar os conhecimentos gerados em pesquisa anterior, denominada Levantamento da Diversidade de Espécies Frutíferas Nativas Utilizadas na Alimentação Indígena na Região de Tunuí Cachoeira no Alto Rio Negro – AM, desenvolvida no ano passado.

O projeto buscou atender à demanda da comunidade indígena por informações técnicas quanto às espécies nativas da região, especialmente as de viabilidade econômica, que podiam ser obtidas em parceria entre índios Baniwa e a Escola Agrotécnica.

A história que está sendo construída por jovens pesquisadores indígenas vai ser tema de reportagem da sexta edição da revista *Amazonas Ciência*, da Fapeam, com lançamento previsto para junho.

Atualmente, aliadas à tecnologia – como as imagens de satélite, os meios de transporte e de comunicação –, as informações socioambientais que existem sobre as terras indígenas brasileiras têm auxiliado a Funai e os indígenas envolvidos nas ações de monitoramento a identificar as vulnerabilidades e a planejar ações efetivas de proteção territorial. Porém, quem melhor conhece o território e tem maior possibilidade de identificar com precisão quais são as suas potencialidades e as suas fragilidades são os próprios indígenas. Para que os servidores e indígenas envolvidos nas ações de monitoramento enriqueçam seu trabalho, é importante que se vejam, para além de vigilantes ou técnicos, como pesquisadores capazes de, por meio de pesquisa, produzir conhecimentos sobre os territórios indígenas e subsidiar ações de planejamento e gestão do território. Mas como pesquisar? O que observar? Como transformar as observações e dados em conhecimentos? Os povos indígenas, por meio de seus sistemas refinados de conhecimentos ambientais, já não realizam pesquisas há milênios?



Mario Vieira/Funai

Exercícios de entendimento e fixação

Construindo conhecimentos

- 1) Leia o texto abaixo.

Construindo conhecimentos

Para realizar uma pesquisa, é necessário definir o que se quer pesquisar, ou seja, um tema para pesquisa ou objeto de estudo. O objeto de uma pesquisa deve ser claro e de preferência de conhecimento do pesquisador.

Para se iniciar uma pesquisa sobre um determinado tema ou objeto, o pesquisador deve procurar se informar sobre o que deseja pesquisar – por exemplo, a origem dos incêndios em uma determinada terra indígena. Se um não indígena decidir estudar a forma de uso e manejo do fogo realizada por um povo indígena terá que ler o que outros não indígenas já escreveram e fazer entrevistas com as pessoas da comunidade, além de acompanhar essas ações acontecendo. Também é necessário definir um objetivo, ou seja, para que se quer realizar a pesquisa.

Depois de definido o tema da pesquisa (objeto) e seu objetivo (sua finalidade), deve-se definir como a pesquisa será realizada. Na ciência, isso se chama **metodologia**. Existem diferentes jeitos de se fazer pesquisa na ciência não indígena. Algumas delas são desenvolvidas por meio de entrevistas, de observação, de diagnósticos participativos e/ou de leituras do que já foi escrito antes sobre o assunto.

- 2) Selecione um objeto de pesquisa que tenha relação com a temática do monitoramento territorial, por exemplo: invasão, arrendamento de terras, ocorrência de incêndios, extração ilegal de madeira ou de minérios, pesca predatória, entre outros.
- 3) Agora revise sua proposta de pesquisa elaborada no exercício da atividade anterior e acrescente aquilo que for necessário ao objeto da pesquisa, seu objetivo e sua metodologia (como será realizada).
- 4) Cada grupo apresentará a pesquisa para os demais participantes.



O monitor territorial indígena como multiplicador

A ideia principal deste capítulo é propiciar uma reflexão sobre as atribuições dos indígenas e servidores envolvidos em ações de monitoramento territorial como atores importantes na comunicação de informações e conhecimentos e na promoção de momentos de aprendizagem coletiva junto a suas aldeias e comunidades do entorno.

O trabalho dos monitores territoriais indígenas envolvidos diretamente em ações de proteção territorial engloba ações de sensibilização e educação para gestão socioambiental. O papel do monitor territorial indígena como multiplicador exige que ele esteja atualizado e em constante processo de formação para que possa assumir o papel de interlocutor entre diferentes sistemas de conhecimentos e comunicar, para dentro e para fora, os anseios, necessidades e demandas indígenas voltadas à integridade de seus territórios.

3.1 Educação e povos indígenas

Ao longo de sua trajetória histórica, os povos indígenas construíram e reconstruíram sua existência através de formas próprias e diferenciadas de transmissão de conhecimentos. É extremamente importante reconhecer que esses povos mantêm viva uma maneira peculiar de aprendizado que pode contribuir na formulação de uma política de educação capaz de atender aos anseios, aos interesses e às necessidades da realidade atual. Diferentemente da cultura dos não índios, no universo dos povos indígenas, a responsabilidade por esses processos de apreensão e retransmissão (da cultura, das tradições, da língua, da concepção de mundo etc.) era – e ainda é – do ente coletivo, ou seja, da comunidade como um todo. Portanto, a escola indígena tem o desafio de traduzir as necessidades de uma comunidade específica, pois, na maioria dos casos, as instituições são tentativas de “tradução” da escola para um *contexto indígena*.

As capacitações voltadas a povos e comunidades indígenas devem dar especial atenção à leitura de sua própria realidade e cultura, bem como ao estímulo ao diálogo entre as gerações. É necessário, ainda, ampliar o repertório de conhecimentos na formação de pesquisadores locais visando à conquista da autonomia para que estes sejam capazes de, por exemplo, fazer suas próprias escolhas a respeito da aquisição ou não de novas tecnologias, usar os conhecimentos e agir de forma apropriada em face de novos desafios e situações que tensionem os padrões culturais do seu povo, ou das pressões ambientais decorrentes das relações de contato.

As capacitações devem se estabelecer como momentos de diálogo entre culturas e não como simples repasse de informações e conhecimentos estrangeiros. A formulação participativa de novos conceitos e a interação de perspectivas deve ser considerada uma premissa para que haja uma releitura e reinterpretação da ciência não indígena e para que o conhecimento produzido tenha possibilidade de ser replicado nas comunidades.

Todas essas premissas, em prática na presente capacitação, devem ser a base do capítulo sobre o papel dos monitores territoriais indígenas como multiplicadores. Assim, o foco do capítulo recai sobre as ações de educação complementar; porém, é necessário visitar os conceitos de educação e escola para que se possa adentrar na seara das ações educativas complementares,

que se dão por meio de diferentes metodologias, nativas e “estrangeiras”, e que compõem o universo de experiências de formação de agentes comunitários em terras indígenas no Brasil. Para enriquecer a discussão, propõe-se a leitura do texto a seguir, de Gersem Baniwa, sobre a educação e os povos indígenas.

Educação e povos indígenas

A família e a comunidade (ou povo) são os responsáveis pela educação dos filhos. É na família que se aprende a viver bem: ser um bom caçador, um bom pescador, um bom marido, uma boa esposa, um bom filho, um membro solidário e hospitaleiro da comunidade; aprende-se a fazer roça, a plantar, fazer farinha; aprende-se a fazer cestas; aprende-se a cuidar da saúde, benzer, curar doenças, conhecer plantas medicinais; aprende-se a geografia das matas, dos rios, das serras; a matemática e a geometria para fazer canoas, remos, roças, cacuri etc. Não existe sistema de reprovação ou seleção; os conhecimentos específicos (como os dos pajés) estão a serviço e ao alcance de todos. Aprende-se a viver e a combater qualquer mal social, para que não haja na comunidade crianças órfãs e abandonadas, pessoas passando fome, mendigos, velhos esquecidos, roubos, violência etc. Todos são professores e alunos ao mesmo tempo. A escola não é o único lugar de aprendizado. Ela é uma maneira de organizar alguns tipos de conhecimento para ensinar às pessoas que precisam através de uma pessoa, que é o professor. Escola não é o prédio construído ou as carteiras dos alunos. São os conhecimentos, os saberes. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída.

Autor: Gersem dos Santos Luciano, do povo Baniwa, região do Rio Negro/AM. Texto apresentado durante o IX Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, Manaus, 1996.



Exercícios de entendimento e fixação

Educação e povos indígenas

1) Após ler o texto “Educação e povos indígenas”, anote nas colunas as definições, semelhanças e diferenças entre as palavras *educação* e *escola*.

Educação

Escola

3.2 Além da escola: a educação não formal e o meio ambiente

Como se leu no texto trabalhado na última subseção, a transmissão do conhecimento indígena se dava em outros espaços, onde o aprendizado orquestrado pelos mais velhos usava a oralidade como método de ensino. O contato com os não indígenas mudou radicalmente todo o sistema de vida comunitária. Os missionários introduziram a escrita e a religião e, à medida que essas sociedades indígenas eram conquistadas, estabelecia-se uma relação de poder em que o conhecimento só é construído e valorizado a partir de registros escritos e dentro de ambientes até então estranhos, como as escolas. Nos dias de hoje, muitos momentos que eram usados pelos antigos para transmissão de conhecimento não acontecem mais. A escola trouxe muitos benefícios aos povos indígenas, porém também trouxe impactos. A formação de professores indígenas como monitores territoriais ou agentes comunitários responsáveis em integrar os sistemas de conhecimentos vem, aos poucos, diminuindo a distância entre a escola e a comunidade. Porém, a educação se dá no cotidiano das sociedades em geral. No caso dos indígenas, levar os velhos conhecedores para dentro das escolas traz novos desafios para a proposta de

ensino. Por seu turno, levar a escola para esses espaços também se constitui como desafio a ser enfrentado, para que conhecimentos tradicionais que contribuem para integridade do território sejam repassados, relidos e reinventados em uma nova realidade.

A visão dos povos indígenas sobre diferentes estratégias de manejo é complexa e abrangente, e inter-relaciona vários aspectos da vida e do mundo. Os saberes, as habilidades, as técnicas e os conhecimentos necessários para manter o território íntegro e protegido eram repassados por diferentes estratégias tradicionais de transmissão de conhecimentos. Músicas, rituais e práticas coletivas, como pescarias e excursões para coleta de frutas, eram atividades cotidianas e perfaziam um arcabouço de ações voltadas à proteção do território. Nos dias de hoje, faz-se necessário somar as estratégias consolidadas e eficazes de proteção tradicional a habilidades e saberes da ciência não indígena.

3.3 Como disseminar essas informações e envolver toda a comunidade no trabalho de monitoramento ambiental da terra indígena?

As experiências de educação não formal na temática ambiental desenvolvidas com povos indígenas têm se utilizado da educação ambiental como ferramenta pedagógica, promovendo diálogo intercultural e fomentando discussões com lideranças e representantes indígenas sobre seus problemas concretos: a forma de ocupação do espaço pela sociedade não indígena, problemas e consequências de danos ambientais, identificação dos mecanismos de fiscalização e penalização dos responsáveis pelos problemas ambientais.

O monitor territorial indígena assume o papel de multiplicador de conhecimentos e o de mediador de conflitos na sua comunidade. Portanto, reuniões com comunidades residentes no entorno das terras indígenas, atividades extraescolares em parceria com as escolas indígenas, intercâmbio entre aldeias, entre outras ações desenvolvidas localmente, por meio do conhecimento da

realidade local, constituem-se em espaços educativos não formais passíveis de serem desenvolvidos pelos monitores territoriais indígenas. Traduzir informações, habilidades e saberes para suas comunidades e disseminar a importância do monitoramento e do controle territorial entre os moradores do entorno das terras indígenas são funções relevantes que os monitores territoriais indígenas podem exercer na seara do monitoramento e do controle territorial. A melhor forma de disseminar e qualificar informações junto às comunidades é fazer com que sejam alvos de reflexões e de vivências. Mais que o discurso, a prática, o exemplo, a convivência e a reflexão sobre o meio em situações reais farão com que as comunidades indígenas ou residentes do entorno desenvolvam atitudes que garantam a integridade ambiental desses territórios. Por isso, o convívio do monitor territorial indígena com sua comunidade é elemento-chave de sua atuação e, ao mesmo tempo, é o instrumento mais poderoso para cumprir sua tarefa educativa nesse aspecto.



Exercícios de entendimento e fixação

Educação ambiental indígena: uma educação necessária?

PNGATI – objetivo específico sobre capacitação em gestão ambiental e territorial

VII – eixo 7 – capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental:

[...]

e) promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada;

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm

Depois de ler o objetivo específico da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em terras indígenas responda:

- 1) A educação ambiental indígena é necessária?
- 2) Como vocês veem a inserção da educação ambiental no ambiente de educação formal (escola, universidades) e no ambiente não formal (atuação profissional de indígenas envolvidos em ações de gestão ambiental)?
- 3) Como as informações sobre monitoramento ambiental e territorial costumam ser compartilhadas na comunidade?

Educação ambiental indígena: a construção de um conceito

O conceito de educação ambiental varia de interpretações de acordo com o contexto e conforme a influência e a vivência de cada um. Para muitos, a educação ambiental restringe-se a trabalhar assuntos relacionados à natureza: lixo, preservação, paisagens naturais, animais etc. Dentro desse enfoque, a educação ambiental assume um caráter basicamente naturalista. No entanto, atualmente, a educação ambiental assume um caráter mais realista, pautado pela busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, visando à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Na tentativa de fazer uma análise sobre o conceito de educação ambiental e a fim de percebê-lo de forma mais abrangente e contextual, propõe-se apresentar as diferentes definições que existem.

1) Leia as definições apresentadas a seguir e avalie qual se adapta melhor à realidade indígena. Marque um X na carinha correspondente.

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Fonte: Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>.



Educação Ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Fonte: I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental – Tbilisi, Georgia (ex-União Soviética – URSS). Disponível em: < <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf> >



Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e a resolver problemas ambientais presentes e futuros.

Fonte: Revista Educação. Disponível em: <<http://www.vidagua.org.br/conteudo/38>>.



Conceito de educação ambiental definido pela comissão interministerial na preparação da ECO-92: “A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica, não podendo se basear em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro.”

Fonte: Leão e Silva (1995). Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/ag-comum%20.pdf> >.



Na conferência de Estocolmo em 1972: “A finalidade da educação ambiental é formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e problemas com ele relacionados, e que possua os conhecimentos, as capacidades, as atitudes, a motivação e o compromisso para colaborar individual e coletivamente na resolução de problemas atuais e na prevenção de problemas futuros” (UNESCO, 1976, p. 2).

Fonte: < <http://www.apoema.com.br/definicoes.htm> >.



Para Aziz Ab' Saber:

“Educação Ambiental é um processo que envolve um vigoroso esforço de recuperação de realidades e que garante um compromisso com o futuro. Uma ação entre missionária utópica destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. Trata-se de um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo”.

Fonte: Programa Educar. Disponível em: <<http://educar.sc.usp.br/biologia/quadrinhos/definicao.jpg>>.





O monitor territorial indígena como embaixador

São várias as habilidades e saberes necessários para inserção qualificada de indígenas e servidores da Funai em ações de monitoramento territorial de terras indígenas: pesquisar e construir conhecimentos sobre o território que se pretende proteger; disseminar informações qualificadas; promover

espaços educativos coletivos visando agregar parceiros na construção de estratégias coletivas e inovadoras de gestão; e constituir-se como intermediário entre relações, visando mediar conflitos socioambientais. O papel de cidadão brasileiro, por sua vez, deve ser exercido por todos os indígenas, independentemente de sua posição.

“Hoje, no Brasil, nós temos 27 mil Conselhos de Gestão no Brasil, no âmbito das políticas de saúde, de assistência social, de defesa de direitos de crianças e adolescentes etc. Nesses conselhos, atuam algumas centenas de milhares de cidadãos e cidadãs, eleitos por suas comunidades, seus grupos sociais de interesse. Esses conselheiros estão com a responsabilidade pública de expressar as demandas da sociedade e de formular as políticas inovadoras no âmbito de suas competências” (Bava, 2003). Mas, em meio a essa profusão de espaços públicos, é preciso reconhecer que a participação ativa dos cidadãos e cidadãs ainda representa um enorme desafio. São muitos os espaços públicos, tanto na esfera governamental – por exemplo, os conselhos gestores e os comitês de bacias hidrográficas – como na esfera da sociedade civil organizada – caso dos fóruns e redes de organizações. O que esses espaços públicos têm em

comum é que, de alguma maneira, estão conectados a lutas por mudanças na agenda pública.

O objetivo deste capítulo é discutir o papel do monitor territorial indígena como embaixador. Ou seja, sua atuação como interlocutor entre os interesses e anseios de sua comunidade e a sociedade envolvente: os moradores do entorno da terra indígena; os órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção territorial; os governos municipais, estaduais e federais; os coletivos e instâncias participativas de gestão em nível territorial; e os parceiros em ações voltadas à proteção de suas terras.

O papel dos monitores territoriais indígenas na resolução de conflitos socioambientais deve se espelhar no papel dos chefes indígenas. O papel de embaixador e a interlocução – ou seja, o papel de mediador e conciliador – talvez sejam as atribuições e habilidades mais difíceis de alcançar e devem ser praticadas cotidianamente.

Você sabia?

A participação cidadã é a participação ativa dos cidadãos na sociedade, o que inclui e abrange todas as formas de participação política, social, cultural ou econômica, bem como a combinação entre elas, ou seja, pode ser também socioeconômica ou sociocultural.

4.1 Povos indígenas e participação cidadã

A participação cidadã constitui a forma mais confiável para a expressão e o exercício democrático nas sociedades. Os espaços e formas para sua ação variam conforme os contextos sociais em que se desenvolva, a temática de interesse ou, ainda, as condições que a motivem. Assim, pode haver participação cidadã para abordar assuntos tais como saúde, educação, cultura, segurança pública, prevenção da criminalidade etc.

A partir da experiência, é possível dizer que, para alcançar uma dinâmica efetiva dos espaços de participação em sociedades multiétnicas, multilíngues ou pluriculturais como o Brasil, é imprescindível que, em sua composição e seu desenvolvimento, sejam reconhecidas e respeitadas as estruturas sociais e formas tradicionais que existem para isso em cada região.

4.2 Espaços públicos, povos indígenas e proteção ambiental

4.2.1 Conselhos gestores de unidades de conservação

O conselho gestor de uma unidade de conservação (UC) é um espaço político de exercício da participação sociopolítica por meio do diálogo, constituindo-se em fóruns privilegiados para a luta contra as agressões ambientais e pela garantia do caráter público na gestão do meio ambiente.

4.2.2 Comitês regionais da Funai

Os comitês regionais foram criados pelo novo estatuto da Funai – que entrou em vigor com o Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009 – como parte do processo de reestruturação da fundação. Foram ratificados pelo Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2013, e estão em fase de implementação. A ideia é fortalecer a política indigenista aumentando a participação das comunidades indígenas nas decisões que as afetam, garantindo maior transparência e possibilitando uma gestão social dessas políticas.

4.2.3 Conselhos municipais de meio ambiente

O conselho municipal de meio ambiente tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. Nos assuntos de sua competência, é também um fórum para se tomar decisões, tendo caráter deliberativo, consultivo e normativo. Esse espaço destina-se a colocar em torno da mesma mesa os órgãos públicos, os setores empresariais e políticos e as organizações da sociedade civil para promover o debate e a busca de soluções de questões que envolvam o uso dos recursos naturais e a recuperação dos danos ambientais.



Exercícios de entendimento e fixação

Os povos indígenas e as conquistas na participação das políticas

1) Leia o texto a seguir e preencha a linha do tempo. Você também poderá retomar a linha do tempo do livro de *Vigilância e proteção de terras indígenas* e complementar com os dados apresentados aqui.

Assimilacionismo consiste na primazia, no predomínio ou na imposição de uma cultura sobre as demais (Fernández apud Cianciardo, 2010).

A Constituição de 1988 conferiu aos povos indígenas um tratamento inédito até então. Pela primeira vez, foi reconhecido seu **direito à diferença (Art. 231)**, rompendo com a tradição assimilacionista que prevaleceu desde 1500. Foi garantido o **usufruto exclusivo de seus territórios** tradicionalmente ocupados, definidos a partir de seus usos, costumes e tradições (Art. 231). A União foi instituída definitivamente como instância privilegiada das relações entre os índios e a sociedade nacional. Por meio do artigo 232, os indígenas e suas organizações foram reconhecidos como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos, o que incentivou a expansão e a consolidação de suas associações. Para isso, foram definidos canais diretos de comunicação entre os índios, o Ministério Público e o Congresso Nacional. Com estas medidas, o conceito de “capacidade relativa dos silvícolas” (Código Civil, 1917), e a conseqüente necessidade do “poder de tutela” perderam validade e atualidade. Essas vitórias constitucionais precisariam, entretanto, ser regulamentadas e consolidadas politicamente.

Em 1991, uma Comissão Especial foi instaurada para rever o **Estatuto do Índio (1973)** a partir do enfoque inovador da Carta de 1988. Foram abordados: a situação jurídica dos índios e as responsabilidades assistenciais da Funai; os direitos de autoria e a propriedade intelectual; a proteção ambiental e a regulamentação do uso e exploração de recursos naturais e os procedimentos de demarcação de terras indígenas. A tramitação do projeto, entretanto, foi paralisada em 1994.

Em 1991, o governo realizou, por meio de decretos, uma ampla reforma das atribuições da Funai. As responsabilidades sobre saúde, educação, desenvolvimento rural e meio ambiente foram descentralizadas e passaram a ser exercidas pelos ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente. As ações realizadas fora do âmbito da Funai tal como decretadas pelo governo tomaram rumos distintos e impactaram de

modos diferenciados os povos indígenas do Brasil. Durante os anos seguintes, essas políticas passaram a adquirir contornos administrativos mais precisos.

Como conquista decorrente da participação política das lideranças indígenas, pode-se citar o surgimento de novas políticas públicas específicas para os povos indígenas, principalmente nas áreas de saúde e educação. Essas políticas foram orientadas por novos conceitos e diferentes metodologias de práticas políticas, na tentativa de superação das históricas práticas tutelares, paternalistas e clientelistas da velha política indigenista oficial. O surgimento das políticas públicas específicas para os povos indígenas, assim como o avanço das conquistas de outros direitos são os principais responsáveis pelo fenômeno da efervescência étnica, da autoafirmação da identidade e do fenômeno da etnogênese.

Apesar das conquistas, os povos indígenas ainda enfrentam desafios, como as dificuldades de lidar com a complexa lógica burocrática da administração pública. Nesse sentido, vem se consolidando uma nova relação do Estado com as organizações indígenas, sendo que, em muitos casos, estas têm assumido, cada vez mais, o papel de interlocutoras diretas nas ações do Estado.

Com o livro de *Noções gerais de legislação indigenista e ambiental*, os participantes da capacitação tiveram oportunidade de conhecer mais profundamente as estruturas do Estado e dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção ambiental das terras indígenas, os direitos e deveres dos povos indígenas nessa seara e as instâncias de discussão e decisão passíveis de serem acessadas pelos povos indígenas. Visando garantir a integridade e sustentabilidade de suas terras e a autonomia de seus projetos de futuro, o papel dos indígenas, nesse novo tempo, é também de interlocução com a sociedade que os cerca e que compreende: os moradores do entorno de suas terras; os governos municipais e estaduais; as universidades; os órgãos responsáveis pela proteção ambiental e territorial; bem como a participação qualificada em instâncias de discussão e decisão sobre o território que habitam.



Os espaços de discussão e a voz indígena

A ideia, nessa atividade, é mapear os atores que orbitam a(s) terra(s) indígena(s) foco da capacitação visando identificar as relações e a participação efetiva ou não da(s) comunidade(s) em espaços públicos de discussão sobre políticas públicas e interlocução entre os povos indígenas e a sociedade.

Pensando sobre as diferentes instâncias, desde o nível local (conselhos indígenas de saúde, regional, comitês regionais da Funai) até o nível nacional (Comissão Nacional de Política Indigenista) em que os povos indígenas estão inseridos, aponte nos círculos a seguir onde é possível encontrar esses diferentes espaços e como são as relações entre eles.

1) Seguindo as orientações do instrutor, preencha os diagramas a seguir.

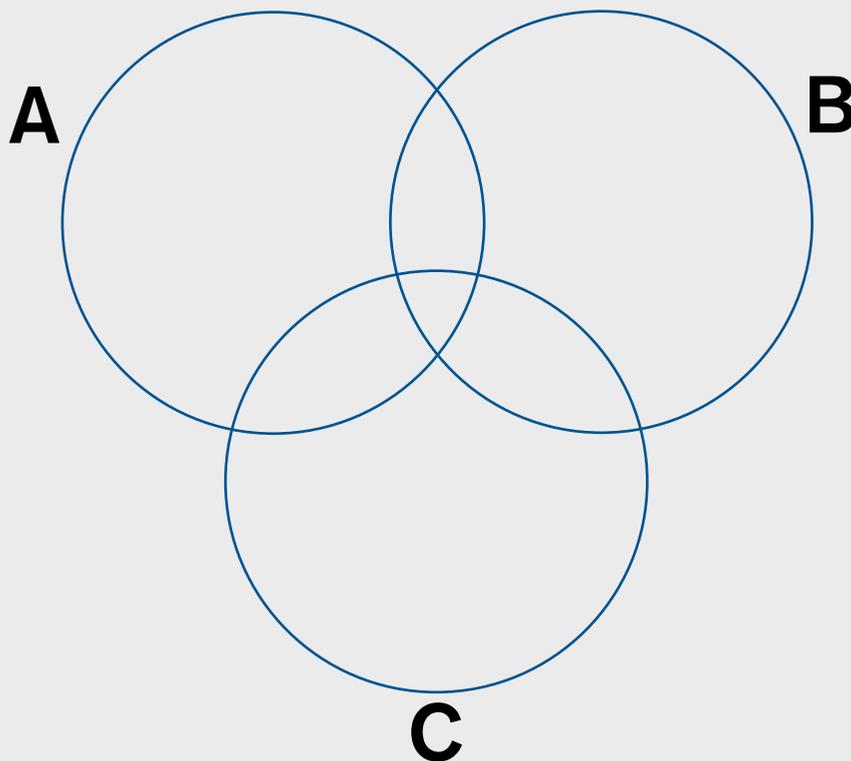


Figura 1: Base para Diagrama de Venn.

Identificando os problemas e suas raízes (dinâmica da árvore de problemas)

Identificar os atores envolvidos nas ações e atividades que envolvam a temática da proteção territorial é um passo importante para o sucesso na interlocução entre a comunidade indígena e a sociedade. Para participar, de forma qualificada, de espaços de discussão e decisão sobre a dinâmica territorial da terra indígena em que está inserido e construir arranjos institucionais e parcerias visando à integridade e à sustentabilidade de sua terra, o monitor territorial indígena deve ser capaz de identificar, com clareza, quais são os problemas territoriais e ambientais que a terra indígena enfrenta e quais são suas raízes, ou seja, as causas desses problemas.

1) Após receber as orientações do instrutor, identifique os problemas enfrentados em sua terra indígena e suas raízes. Registre na figura abaixo os problemas encontrados.

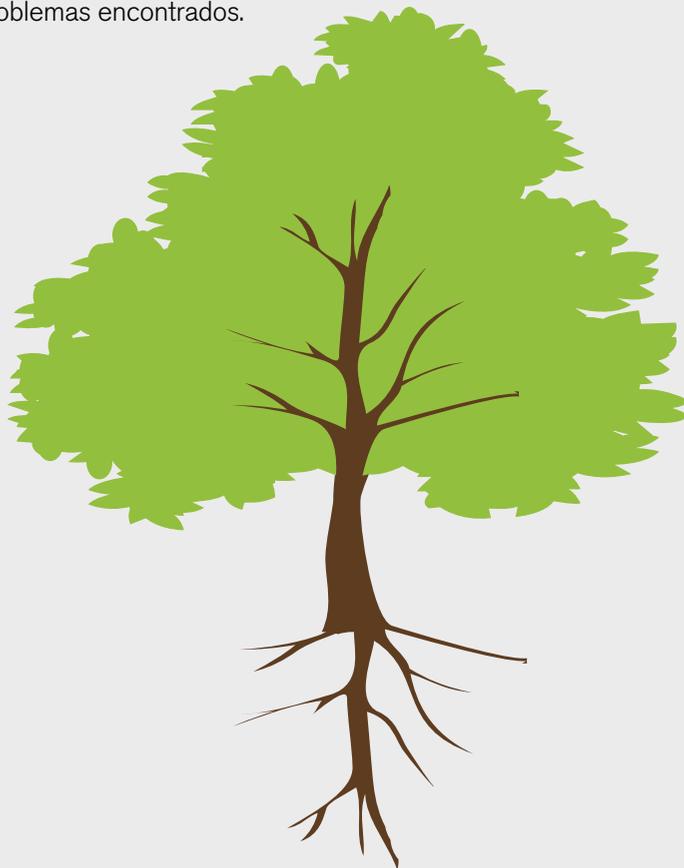


Figura 2: **Base para árvore de problemas.**

4.3 Mediando conflitos: a arte da negociação

A negociação depende da comunicação. Ocorre entre indivíduos, que agem por si próprios ou como representantes de grupos organizados, por isso, pode ser considerada um elemento do comportamento humano. Mas um dos conselhos básicos na negociação é ter um conhecimento aprofundado das circunstâncias que a rodeiam.

A negociação é um processo bilateral, que tem o objetivo de chegar a uma decisão conjunta e, por isso, depende de alguns fatores, relacionados a seguir.

- » Escutar ativamente e registrar o que está sendo dito: saber ouvir é uma habilidade que permite obter muitas respostas e identificar os interesses envolvidos na negociação, facilitando a decisão.
- » Falar para ser entendido: deve-se colocar suas ideias de maneira clara e organizada.
- » Negociar não é realizar um debate.

4.3.1 Fases de uma negociação

PLANEJAMENTO

É a etapa mais importante e também a mais negligenciada pelos negociadores. Mais da metade de negociações bem feitas depende de um planejamento bem feito. Nesta etapa, deve-se:

- examinar interesses e definir metas;
- definir a relação a ser estabelecida após a negociação;
- supor quais serão os interesses e objetivos do outro;
- coletar as informações necessárias; e
- prever possíveis impasses e refletir sobre como evitá-los e superá-los.

ABERTURA

Nesta etapa, as partes interessadas estão frente a frente. Por isso, desde o início, é extremamente importante criar um clima favorável ao entendimento e também:

- “quebrar o gelo” e reduzir eventuais tensões;
- buscar consenso entre a pauta e o tempo disponível para a negociação; e
- apresentar seus propósitos e estimular o interlocutor a fazer o mesmo.

DESENVOLVIMENTO

Muitas vezes, inicia-se a negociação nesta etapa, esquecendo-se das anteriores. No entanto, isso é um erro, pois o desenvolvimento será muito mais fácil se precedido da etapa de planejamento.

Nesta etapa os negociadores devem estar preparados para:

- explorar e compreender variáveis envolvidas;
- perguntar e ouvir atentamente, esclarecendo pontos obscuros;
- pesquisar e criar alternativas de ganho mútuo;
- buscar concordância de posição vantajosa para ambos; e
- evitar e/ou superar impasses.

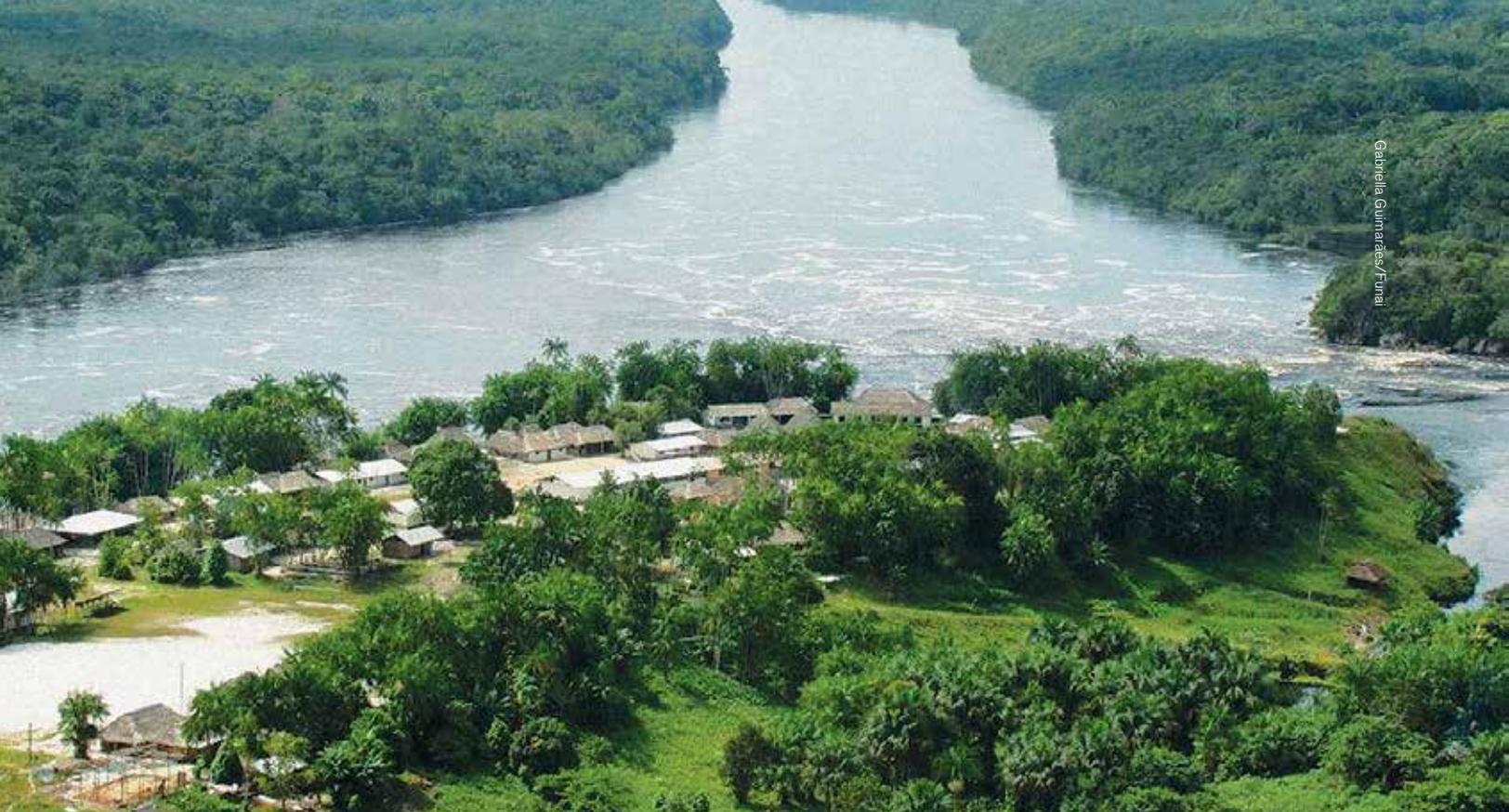
Praticando a mediação de conflitos

1) Refletindo sobre a *arte de negociar*, preencha o quadro a seguir escrevendo seu ponto de vista na coluna da esquerda.

Afirmção	Minha opinião
1. Todo branco que entra na terra do índio deve ser preso.	
2. A terra indígena não precisa de tanta mata.	
3. Deveria existir uma faixa de proteção no entorno de todas as terras indígenas, para que nenhum branco entrasse.	
4. A lei do branco e a lei do índio sobre a proteção territorial não conversam.	
5. É fácil conversar com os madeireiros.	
6. É fácil conversar com os madeireiros.	

2) Dando continuidade à reflexão do exercício anterior e para exercitar o papel do monitor territorial indígena como embaixador de sua comunidade ou como interlocutor entre diferentes lógicas e mundos, pesquise, juntamente com os colegas, uma situação de conflito e expresse as opiniões nas duas colunas a seguir.

Grupo indígena hipotético	Grupo não indígena



O monitor territorial indígena como executor

Este capítulo tem o objetivo de articular os livros da coleção, discutir estratégias para o planejamento participativo, para o acesso e a disseminação de informações sobre o tema e a execução qualificada de ações efetivas de monitoramento territorial. Assim, espera-se agregar esse

conjunto de ações, que perfazem um importante pilar da gestão territorial e ambiental, aos outros pilares, como as ações de etnodesenvolvimento, manejo sustentável de recursos naturais, formação para gestão socioambiental e elaboração e uso de instrumentos de gestão territorial.

É importante ressaltar que, para a atuação efetiva e qualificada do monitor territorial indígena como gestor de seu território, faz-se necessário integrar os conhecimentos, habilidades e saberes de pelo menos, os três grandes temas da gestão territorial e ambiental em terras indígenas: monitoramento territorial, uso e manejo sustentável de recursos naturais e etnodesenvolvimento.

5.1 Delimitando conceitos: gestão ambiental e territorial

Gestão ambiental	Gestão territorial
<p><i>Gestão ambiental</i> é uma expressão que quer dizer como cada povo cuida de sua terra, de seu ambiente. Essa gestão refere-se à forma de usar e administrar os recursos naturais e é feita através de cada atividade realizada no dia a dia: reuniões comunitárias, andanças, caçadas, pescarias, trabalho no roçado, coleta de frutos e de material para fazer artesanato etc. Então os povos indígenas conhecem muito sobre a gestão ambiental de suas terras, mas referem-se a ela com outros nomes.</p>	<p>A <i>gestão territorial</i> é um processo de administração participativa de determinado local (território), feito por uma ou várias etnias, e que envolve produção, saúde, educação, religião, cultura, meio ambiente, política e, principalmente, as dinâmicas de uso, ocupação e proteção do território. Esse processo de participação se dá de acordo com as práticas e saberes tradicionais, para o gerenciamento dos problemas e a execução de ações comunitárias, seguindo os princípios de sustentabilidade nas terras indígenas e seus entornos.</p>

As diferentes visões sobre a gestão territorial e ambiental incluem diversas ações: proteção, vigilância, educação, saúde, uso dos recursos naturais, ações de recuperação de áreas degradadas, resgate de espécies ameaçadas, manutenção de áreas intocadas, definições de áreas para manejo e aproveitamento econômico de espécies.

A tabela 1 apresenta os pontos divergentes acerca dos conceitos de gestão territorial e gestão ambiental.

TABELA 1

Diferenças entre gestão ambiental e gestão territorial

Gestão ambiental	Gestão territorial
Limitada à gestão dos recursos naturais de forma sustentável.	Algo mais abrangente, denso e integral que a gestão ambiental.
Não necessariamente combina a dimensão política do controle territorial das terras indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade.	Combina a dimensão política do controle territorial das terras indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade.
Não engloba atividades de ordenamento territorial.	Engloba atividades tanto de ordenamento territorial quanto de gestão ambiental como parte essencial de sua implementação.
Toda a gestão ambiental é, por definição, uma modalidade de gestão territorial.	Gestão territorial é a prática estratégica do poder no espaço, cientificamente formulada e tecnicamente exercida.
Remete à experiência ambientalista.	Remete à experiência da luta indigenista por território, e não só à ambientalista.
Envolve a ideia de conservação e de proteção ambiental.	É mais ampla, pois envolve a gestão ambiental dos recursos e também a proteção.
Preocupa-se com a questão das florestas, dos rios, da fauna e flora.	Engloba a proteção do território e do entorno, com a conservação ambiental propriamente dita e com o uso sustentável.
Gestão ambiental é o conhecimento das coisas que existem no território e as formas de uso dos recursos naturais existentes nesse território.	A gestão territorial é o conjunto de ações desenvolvidas para proteger e usar determinada terra.

Fonte: Barreto-Filho e Correia (2009), com adaptações.



Exercícios de entendimento e fixação

Gestão territorial x gestão ambiental: qual a diferença?

Os saberes dos povos indígenas e os saberes dos não indígenas devem dialogar e gerar soluções para os problemas atualmente enfrentados pelos povos indígenas. Por meio da construção de um novo saber, que tenha foco na gestão do território e na manutenção das culturas dos povos indígenas, é possível pensar em um futuro sustentável para as próximas gerações. Para fechar a discussão sobre gestão territorial e ambiental tendo como base os conteúdos ministrados nos sete módulos de capacitação em monitoramento territorial das terras indígenas, este exercício pretende revisitar os conceitos e ideias que balizam esse tema. Primeiramente, é preciso fixar o que entendemos por gestão territorial e ambiental.

1) Responda às perguntas orientadoras:

O que é gestão territorial?

O que é gestão ambiental?

5.2 A demarcação das terras indígenas e os novos desafios

Após a demarcação das terras indígenas e com a nova realidade pós-demarcação dessas terras, surgiram novos desafios. Esses desafios, comuns a todos os parentes dos indígenas, mesmo os que moram bem distante, podem ser resumidos como segue.

- » **Crescimento populacional e confinamento territorial** – O tamanho das terras indígenas, depois de demarcadas e, em alguns casos, revisadas, não crescerá. Mas o número de pessoas nas terras indígenas cresce a cada dia. Mais crianças nascem e as aldeias se dividem. É preciso pensar como viver bem em uma terra que não vai crescer com uma população que aumenta a cada dia.
- » **Crescimento da ocupação do entorno** – As terras indígenas foram demarcadas e, em seu entorno, as cidades crescem a cada dia. Em locais onde estão sendo construídas grandes obras de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas, isso acontece mais rápido, e a quantidade de pessoas que chegam nessas cidades é muito grande.
- » **Necessidade de bens e serviços externos** – A partir do contato com os não indígenas, surgiram novos bens que os povos indígenas aprenderam a usar e hoje são necessidades, como o sal, as roupas, o rádio, a TV, os medicamentos. Esses bens são comprados com dinheiro, por isso, atualmente, é preciso pensar em alternativas de geração de renda nas terras indígenas que mantenham a floresta em pé.
- » **Impactos de empreendimentos de infraestrutura** – As terras indígenas brasileiras não estão imunes aos impactos de grandes empreendimentos de infraestrutura e projetos implementados pelos governos e por empresários da iniciativa privada. A cada dia que passa, hidrelétricas, estradas, fábricas e linhas de transmissão de energia chegam mais perto dos limites das terras indígenas. Alguns desses empreendimentos trazem impactos ambientais e sociais que devem, por meio da lei, ser mitigados e compensados. Os povos indígenas devem se apropriar dessa legislação e estar preparados para negociar, junto a muitos atores diferentes, seus direitos e deveres.



Exercícios de entendimento e fixação

5.3 Instrumentos de gestão territorial e ambiental

Ao final da década de 1990, com grande número de terras indígenas demarcadas, o foco de preocupação do movimento indígena passou a ser, cada vez mais, o processo de gestão territorial das áreas delimitadas. Nesse contexto, medidas de proteção e conservação ambiental começaram a ser vistas pelos indígenas e seus parceiros como oportunidade de conseguir apoio para a realização de atividades sustentáveis numa perspectiva mais ampla de gestão dos territórios. Na última década, diversas metodologias, mais recentemente denominadas como instrumentos de gestão territorial e ambiental, foram aplicadas, criando, assim, um novo campo de atuação para os povos indígenas.

De modo geral, a gestão ambiental compreende ações voltadas, prioritariamente, à conservação e ao uso sustentável do meio ambiente. Mas ela faz parte de um processo mais amplo, que consiste na gestão territorial, que, por sua vez, é a que mais se aproxima dos objetivos dos povos indígenas quando estes demandam uma política nacional de gestão ambiental para suas terras. Por esse motivo, o termo “territorial” foi incorporado posteriormente ao nome da PNGATI. De modo geral, as reivindicações indígenas parecem se adequar mais ao que se entende por gestão territorial que por gestão ambiental em sua definição mais comum encontrada na literatura.

O livro de capacitação voltado à qualificação de monitores territoriais indígenas na temática de proteção territorial também perfaz o rol de instrumentos que vêm sendo construídos para promoção da gestão territorial e ambiental das terras indígenas brasileiras. A discussão

teórica sobre a construção de conceitos que orbitam a gestão territorial e ambiental deve ser visitada pelo instrutor para enriquecer o debate. As leituras sugeridas encontram-se listadas no tópico sugestão de leituras, ao final desse material.

A proposta deste capítulo é aplicar os conhecimentos e as habilidades ministrados nos livros de capacitação na elaboração e aplicação de instrumentos de gestão territorial que possam contribuir na proteção ambiental. Mas, como construir instrumentos eficazes e aplicá-los na prática visando à gestão integrada das terras indígenas? A discussão sobre a elaboração realmente participativa e a aplicação autônoma de “etnoinstrumentos” ainda é incipiente e traz muitas questões para análise e debate. Pode-se, então, iniciar a discussão pela construção do conceito de instrumento.

5.4 Os ciclos de gestão territorial e ambiental

O módulo de formação de monitores territoriais indígenas que atuarão diretamente em ações de monitoramento territorial trouxe elementos para reflexão sobre o papel e o perfil desses novos agentes e a multiplicidade de temáticas da proteção territorial e suas interfaces. Foi possível discutir como esses atores têm papéis específicos que variam desde a construção de relações dentro de suas comunidades, incentivando-os a construir conhecimentos e habilidades sobre estratégias antigas e novas de cuidar da terra indígena, até levar discussões

pertinentes ao monitoramento ambiental às salas de aula das escolas indígenas. Constatou-se também como os monitores territoriais indígenas possuem um lugar de destaque nas negociações junto aos órgãos responsáveis pela proteção territorial e como é possível mediar conflitos e construir parcerias para gestão das terras indígenas. Neste livro, o principal objetivo é situar toda essa discussão da proteção territorial na seara da gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Nesse sentido, é importante pensar juntos sobre como os conhecimentos e habilidades adquiridos por meio dos sete livros do Programa de Capacitação em Proteção Territorial podem ser utilizados nas diferentes fases do ciclo de gestão territorial das terras indígenas.

Desde 1996, quando se estabeleceram os atuais procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas, as variáveis ambientais vêm sendo incorporadas no processo de demarcação de terras indígenas. Foi quando os relatórios de identificação passaram, obrigatoriamente, a trazer um capítulo sobre meio ambiente e a ter de apresentar como anexo um relatório ambiental elaborado por técnico profissional das ciências naturais e/ou ambientais (da vida e/ou da terra).

Exemplo de inserção definitiva das questões ambientais na seara da gestão dos territórios indígenas se deu no âmbito do Programa e Proteção dos Povos e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), um subprograma do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). A iniciativa teve como principais objetivos aprimorar a qualidade técnica dos relatórios de identificação e ambientais e dotar as TIs identificadas antes de 1996 de ferramentas de gestão ambiental. A metodologia dos “levantamentos etnoecológicos” inaugura a discussão de gestão territorial e ambiental em terras indígenas por parte dos gestores públicos. Foram formulados, a partir daí, um rol de marcos legais que incorporam a necessidade de

se construir, com a participação dos povos indígenas, instrumentos que contribuam com o desafio da gestão territorial e ambiental em terras indígenas brasileiras. Em 2008, por meio da Portaria Interministerial no 276, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a “finalidade de elaborar proposta de Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)”, que resultou no Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Esta articulação está fundada em marcos legais anteriores, como: os artigos 231 e 225 da Constituição Federal de 1988; o Decreto nº 1.141, de 19 de maio de 1994, que prescreve atribuições ao MMA e à Funai/MJ em relação à proteção ambiental das terras indígenas (TIs); o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), configurando-se como um plano de gestão territorial da biodiversidade e mais uma oportunidade para os povos indígenas fortalecerem a gestão de seus territórios; e o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que estabelece como competência do MMA, por meio do Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, o “fomento à gestão ambiental e ao desenvolvimento sustentável das populações tradicionais e povos indígenas”.

Os chamados “etnoinstrumentos” (diagnósticos participativos, etnomapeamentos, planos de gestão) têm se mostrado eficazes em processos de gestão de territórios indígenas e espera-se que possam contribuir para maior autonomia e fortalecimento político, social, econômico e cultural dos povos indígenas.

A soma de conhecimentos e habilidades expostas no programa de formação continuada de monitores territoriais indígenas em monitoramento ambiental e controle territorial traz contribuições significativas para elaboração e implementação de instrumentos de gestão territorial.



Bibliografía

BARRETO FILHO, H.; CORREIA, C. **Gestão ambiental e/ou territorial de/em terras indígenas**: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial 276/2008. Brasília: MMA; Funai, 2009.

BAVA, S.C. 2003. ONGs republicanas e democráticas em um novo cenário político. Reproducido de la Revista del Tercer Sector (Brasil),p. 58.

BIBLIOTECA PAULO FREIRE. Disponível em: <<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/principal.jsp>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.

_____. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>.

_____. Ministério da Educação – MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 1997.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica** – Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Rio Grande do Sul: EDUFRGS, 2001.

CIANCARDO, J. Universalismo de direitos e assimilacionismo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2.503, 9 maio 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14823>>.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Diálogos interculturais** – Povos indígenas, mudanças climáticas e REDD. Brasília: Funai; GTZ, 2010.

GIANINNI, I. V. A dimensão educativa do projeto de manejo socioambiental na área indígena Xikrin do Catete. In: SILVA, A. L.; FERREIRA, Mariana K. L. (Org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001. (Série Antropologia e Educação).

_____. Da exploração predatória ao manejo florestal. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995a.

_____. O conhecimento indígena da natureza. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC; MARI; UNESCO, 1995b.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

HISTÓRICO internacional da educação ambiental. In: CONFERÊNCIA DE TBILISI – Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países Membros, 1977. Apresentação em slides. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/95291/Conferencia-tbilisi-moscou?query2=tbilisi>>. Acesso em: 5 fev. 2009.

LEÃO, A. L. Carneiro; SILVA, L. M. Alves. Fazendo educação ambiental. Recife: CPRH, 1995.

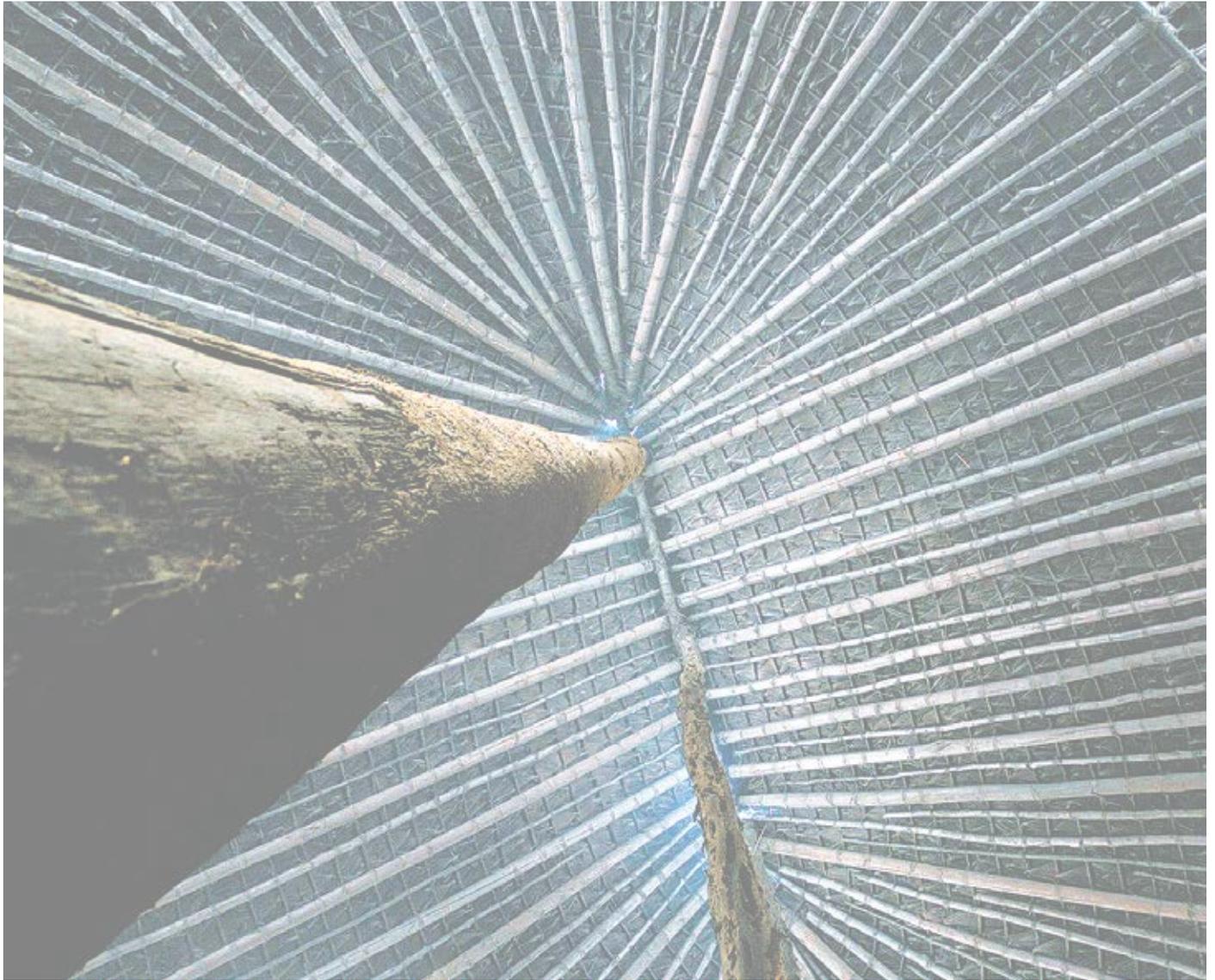
LUCIANO, G. S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC; LACED; Museu Nacional, 2006.

MUNOZ, M. G. Saber indígena e meio ambiente: experiência de aprendizagem comunitária. In: LEFF, Enrique (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência – A diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-94.

SATO, M.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Org.). **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 253-283.

VIDAL, L. B.; SILVEIRA, L. F.; LIMA, R. G. A pesquisa sobre a avifauna da bacia do Uaçá: uma abordagem interdisciplinar. In: SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Org.) **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global, 2001. (Série antropologia e educação).





*Sugestão de leituras e
materiais para pesquisa*

Capítulo 1: Por que monitor territorial indígena?

CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira.** São Paulo: ISA, 2009.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: HUCITEC; NUPAUB, 2000.

GAVAZZI, R. A.; RESENDE, M. S. (Org.). **Atlas geográfico indígena do Acre.** Rio Branco: CPI/AC, 1996.

JANUÁRIO, E.; SILVA, F. S. **Cadernos de educação escolar indígena,** Cáceres, v. 7, n. 1, 2009.

Capítulo 2: O monitor territorial indígena como pesquisador

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA, 2001.

Capítulo 3: O monitor territorial indígena como multiplicador

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOUZA, O. B.; JUNQUEIRA, R. G. P. **Formação dos agentes socioambientais do Xingu.** São Paulo: ISA, 2007.

GAVAZZI, R. A. Às margens do rio: educação intercultural e professores indígenas. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 14, p. 33-38, 2001. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_14/RDG14_Gavazzi.pdf>.

Capítulo 4: O monitor territorial indígena como embaixador

ALMEIDA, F. V. R. O índio sabe, o índio faz: os dilemas da participação indígena nas políticas públicas. In: SOUSA, C. N. I. et al. (Orgs.). **Povos indígenas, projetos e desenvolvimento II**. Brasília: Paralelo 15; LACED, 2010.

Capítulo 5: O monitor territorial indígena como executor

ALBERT, B.; Le TOURNEAU, M. Ethnogeography and resource use among the Yanomami toward a model of "Reticular Space". **Current Anthropology**, n. 48, 2007.

APIO – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE. **Plano de vida dos povos e organizações indígenas do Oiapoque**: eixos temáticos, diretrizes e ações estratégicas. Oiapoque: APIO, 2009.

APIWTXA – ASSOCIAÇÃO ASHANINKA. **Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kampa do rio Amônia**. Rio Branco: CPI/AC, 2007.

ATAÍDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. **A etn cartografia como ferramenta de gestão.** [S.l.], 2005. Mimeo.

BARRETO FILHO, H.; CORREIA, C. **Gestão ambiental e/ou territorial de/em terras indígenas:** subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial 276/2008. Brasília: MMA; Funai, 2009.

CORREIA, C. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental:** representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no Estado do Acre. 420 p. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FRANCISCHETT, M. N. **A cartografia no ensino da geografia:** construindo os caminhos do cotidiano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 4., Curitiba, 1999.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas:** definição de conceitos e proposta de diretrizes. Rio Branco, 2006. (Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre). Mimeo.



Guia do instrutor

Caro(a) educador(a),

Bem-vindo(a) ao Programa de Capacitação em Proteção Territorial!

Este livro foi construído como um material de apoio para auxiliar na realização de oficinas de capacitação em proteção territorial. Aqui apresentamos uma série de assuntos, conteúdos e propostas metodológicas para orientar sua prática junto aos grupos de indígenas e servidores da Funai.

As oficinas de capacitação em proteção territorial constituem espaços educativos de grande importância para a construção e a socialização de conhecimentos necessários à vigilância indígena e ao monitoramento territorial das terras indígenas nos contextos atuais. Essas oficinas foram pensadas como espaços de construção de conhecimento e trocas de experiências, reunindo saberes acerca das estratégias e conceitos de proteção territorial no âmbito do indigenismo atual e dos saberes locais sobre o território indígena em sua relação com os contextos envolventes.

É importante, portanto, que estejamos atentos para favorecer a participação, o diálogo, a curiosidade e a formação crítica dos(as) participantes, enquanto sujeitos sócio-históricos, detentores de culturas e ativos no mundo. Sendo assim, expomos aqui algumas recomendações pedagógicas para a organização das oficinas, que visam articular as diversas dimensões da prática pedagógica: a relação entre educadores(as), educandos(as) e comunidade envolvente; o espaço pedagógico; os materiais didáticos e a interlocução entre teoria e prática.

De acordo com Paulo Freire, “ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. (...) Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.¹ Ainda segundo ele, “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.²

O processo educativo se inicia antes mesmo da oficina começar. A escolha dos(as) participantes e dos espaços pedagógicos é um passo importante. Caso haja necessidade de selecionar os(as) participantes, procure identificar qual a forma de organização social local e fazer as escolhas em conjunto com as comunidades envolvidas, atendendo às necessidades institucionais e às especificidades culturais do perfil desejado para o grupo. Além disso, convém observar, se possível, o equilíbrio de gênero, de geração e étnico.

Caso você não tenha aproximação com o grupo ou conhecimento do contexto local, procure levantar informações prévias para adaptar os objetivos, conteúdos, metodologias e materiais de forma a envolver os(as) diferentes participantes com suas habilidades e conhecimentos. Procure saber, por exemplo, se os(as) educandos(as) têm facilidade com o português oral e escrito, se existem hierarquias internas ou situações locais que podem ser relacionadas aos conteúdos.

A escolha dos espaços pedagógicos deve se pautar pela busca de um ambiente que proporcione o diálogo e a interação entre os(as) participantes, bem como a articulação entre teoria e prática, e entre os diferentes conhecimentos e experiências. Uma sugestão é utilizar os espaços de encontro das próprias comunidades, como casas de reuniões, pátios e terreiros, dando prioridade para aqueles que possibilitam a reunião em círculo, sem estabelecer hierarquias entre educadores(as) e educandos(as), de forma a reconhecer a importância dos diferentes saberes e para que todos(as) se sintam à vontade para dialogar.

1 FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

2 FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Um bom planejamento da oficina é fundamental. Organize os materiais com cuidado e garanta que todos(as) os(as) participantes irão recebê-los por completo. Elabore uma proposta de programação, mas discuta-a com o grupo e esteja aberto para fazer alterações. Também incentive, no decorrer da oficina, avaliações que proporcionem um *feedback* sobre o envolvimento do grupo, o processo educativo como um todo e, se necessário, faça alterações para corrigir os rumos da oficina de capacitação.

Ao longo da oficina, procure utilizar, relacionar aos conteúdos e disponibilizar aos participantes materiais didáticos diversificados, como vídeos, mapas, livros e imagens que possam despertar curiosidade e estimular diferentes sentidos.

Planeje com sensibilidade e criatividade os momentos extracurriculares, como as pausas para refeições e os horários livres. Esses momentos podem ser aproveitados para aproximar os(as) participantes entre si e com os(as) educadores(as), criando uma atmosfera de confiança e de respeito propícia à troca de saberes.

Busque se relacionar com a comunidade acolhedora e, se possível, reserve um tempo da oficina para apresentar os trabalhos que estão sendo feitos ou para festejar o encerramento. Nesse momento, você será alvo de todas as atenções. Portanto, cuidado com o que diz e pratica. Inspire ideias e atitudes positivas!

Por fim, considere que a oficina, como oportunidade de encontro, é também um espaço privilegiado para a articulação do movimento indígena, entre lideranças, etnias, representantes de diferentes localidades de uma terra indígena ou de uma região. Sendo assim, aproveite para relacionar os conteúdos com as vivências destes grupos e, quando possível, reserve um tempo para que se reúnam.

Bom trabalho!



Guia do instrutor

Introdução
Exercícios de
entendimento e fixação

O material deste livro está organizado em cinco capítulos temáticos, com carga horária de 40 h/aula. O primeiro capítulo temático, intitulado “Por que monitor territorial indígena?”, está organizado para ser ministrado em 16 h/aula; o segundo e o terceiro capítulos, intitulados, respectivamente, de “O monitor territorial indígena como multiplicador” e “O monitor territorial indígena como pesquisador”, estão organizados para serem ministrados em 4 h cada. Por sua vez, o quarto e o quinto capítulos – “O monitor territorial indígena como embaixador” e “O monitor territorial indígena como executor” –, foram programados para ser ministrados em 8 h/aula cada.

O conteúdo dos capítulos temáticos estão distribuídos para serem apreendidos por meio de atividades práticas, trabalhos em grupos, leituras e aulas expositivas. Para cada atividade proposta, há um item detalhando sua execução, intitulado “instrução da atividade” e um quadro explicativo indicando a duração sugerida para atividade e materiais necessários.

Este guia foi concebido para apoiar o instrutor a desenvolver atividades dinâmicas e desenvolver os conteúdos por meio de instrumentos pedagógicos condizentes com o público das capacitações. Porém, é fundamental ressaltar a relevância das leituras e pesquisas, a importância da preparação prévia das atividades assim como da organização logística para que as atividades obtenham êxito.



Guia do instrutor

Objetivo
Exercícios de
entendimento e fixação

Objetivo geral

Este livro pretende iniciar o processo formativo de monitores territoriais indígenas no que se refere, especificamente, à temática de monitoramento e proteção territorial. Desse modo, espera-se que desenvolvam capacidades críticas, analíticas e executivas em relação à situação socioambiental de suas terras indígenas e sejam capazes de contribuir na tomada de decisões relativas ao planejamento, ordenamento e governança ambiental de seus territórios, assim como na mediação de conflitos socioambientais.

Objetivos específicos

Para cumprir com seu objetivo geral, este manual se pauta pelos seguintes objetivos específicos:

- » fomentar discussões acerca da importância, papel e atribuições de um monitor territorial indígena;
- » qualificar a discussão referente às distintas formas de proteção territorial (fiscalização, monitoramento e vigilância) por meio de abordagem teórica e prática;
- » apresentar conceitos básicos de educação para gestão territorial e ambiental e discussões sobre a relação entre os processos educativos e formativos e a proteção ambiental das terras indígenas;
- » oferecer conhecimentos específicos sobre a interface povos indígenas e proteção do meio ambiente suficientes para a atuação do Monitor Territorial Indígena como gestor territorial e ambiental de seu território, no que se refere especificamente à proteção territorial;
- » oferecer conhecimentos específicos básicos para a atuação do monitor territorial indígena como articulador de sua comunidade em temas relacionados à fiscalização, monitoramento e vigilância territorial junto às instâncias responsáveis em nível local, regional e nacional;
- » desenvolver dinâmicas e atividades de discussão, reflexão e prática para o uso adequado de conhecimentos adquiridos em outros módulos da série Proteção Territorial;
- » formar monitores territoriais indígenas capazes de garantir a democratização das informações socioambientais;
- » formar monitores territoriais indígenas capazes de promover a cooperação entre governo e sociedade civil na busca de soluções coletivas de proteção e conservação dos recursos naturais;
- » fortalecer a participação indígena no planejamento de ações relativas à proteção territorial junto à Funai e outras instituições, incluindo a produção de informações substanciais, tais como dados de campo contendo localização georreferenciada de ilícitos, descrição sobre os possíveis atores envolvidos em atividades de exploração, existência de indígenas envolvidos e outras.



Guia do instrutor

Capítulo 1

POR QUE MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA?

*Exercícios de
entendimento e fixação*

O capítulo temático “Por que Monitor Territorial Indígena?” propõe-se a estimular discussões relativas à necessidade da inserção e participação qualificada de indígenas em ações de monitoramento territorial e proteção ambiental. Promove também a discussão, ainda imatura, de criação de uma nova categoria de agente comunitário no âmbito das terras indígenas brasileiras.

As atividades e dinâmicas sugeridas irão suscitar a curiosidade e interesse dos participantes da capacitação para que as respostas e possíveis questionamentos sejam construídos durante o processo formativo.

Para tanto, o debate deve ser animado estabelecendo-se a relação entre a realidade socioambiental vivenciada pelos povos indígenas no que se refere à temática do controle territorial e os desafios contemporâneos enfrentados por esses povos na atualidade. A ideia é construir, de forma participativa, quais seriam as atribuições, o perfil e as abordagens necessárias para a reflexão, discussão, desenvolvimento e execução de ações de proteção ambiental e territorial em terras indígenas e seu entorno.

O conteúdo do capítulo aborda o histórico do surgimento da questão socioambiental e a relação com a crise ambiental global, suas interfaces com as ações preventivas e protetivas de conservação da natureza e terras indígenas e o papel dos povos indígenas nesse debate. No que se refere à participação dos indígenas em ações de vigilância ambiental, será apresentada a legislação sobre o tema por meio de leitura crítica e diálogo. A atividade tem como objetivo internalizar e publicizar as ações do Estado sob o ponto de vista de seus executores, ou seja, explicitando a visão dos indígenas envolvidos nas ações de vigilância ambiental e dos servidores responsáveis pelo planejamento e execução dessas ações.

Apresentação dos participantes: “Minha terra, meu povo”

Antes de abordar os conteúdos referentes à crise ambiental global e a relação dos povos indígenas com essa temática é importante que cada um faça uma breve análise das relações que se estabelecem entre a sua comunidade e o meio ambiente que os cerca. Para tanto, o instrutor deve incentivar que cada um faça uma fotografia da realidade socioambiental vivenciada por seu povo (ou, no caso dos servidores, do povo com o qual trabalha). Importante lembrar que essa atividade deve ser realizada antes da apresentação dos participantes e não deve ser muito extensa. Sugere-se que o instrutor distribua, para cada participante, folhas de papel A4 e canetas hidrocor e, em seguida, dê as instruções da atividade.

Instruções da atividade: Cada participante deve desenhar livremente o perímetro de sua terra indígena e, a partir daí, inserir conteúdo ao mapa mental produzido. A ideia é construir uma fotografia da atual situação socioambiental da terra indígena. Portanto, é interessante ressaltar que toda intervenção humana, seja indígena ou não, deve fazer parte dos elementos a serem representados no mapa. Deve-se também orientar o grupo a criar uma legenda para o mapa. O título do mapa será o nome do participante. A confecção do mapa deve durar 30 minutos e, em seguida, todos se colocam novamente em círculo para a apresentação.

Cada participante deverá colar o mapa, com fita adesiva em sua camiseta e, agora sim, se apresentar para o restante do grupo. Ele dirá seu nome e fará uma breve explicação sobre os elementos do mapa produzido, enfatizando, assim, a sua relação e a de seu povo com seu território.

Tempo previsto: 1 hora

Explicação do instrutor: 15 minutos

Realização da atividade: 30 minutos

Apresentação dos participantes: 15 minutos

Material necessário: folhas de papel A4, canetas hidrocor

A natureza como recurso

Para fazer, da forma mais simplificada possível, a relação entre o surgimento do ambientalismo e a atual preocupação da sociedade ocidental com temas relacionados à proteção dos recursos naturais, faz-se necessário resgatar a história não indígena de uso dos recursos naturais e as recentes consequências dessa relação. Sugere-se iniciar a discussão com a leitura do texto “A natureza como recurso”.

O texto poderá ser lido individualmente ou por diferentes participantes da capacitação (cada um lê um parágrafo em voz alta). Recomenda-se que o instrutor não leia o texto e que os próprios participantes possam dar voz à história contada. A ideia é apresentar o motivo das preocupações da sociedade ocidental com a questão ambiental do ponto de vista dos indígenas.

Instruções da atividade: Após a leitura do texto, o instrutor deve distribuir uma tarjeta de cartolina para os participantes. Em seguida, orientar os participantes a escrever na tarjeta, em apenas uma palavra, como eles entendem a relação do não indígena com a natureza e os recursos naturais.

O instrutor deve dispor novamente a turma em círculos e pedir para cada um leia em voz alta a palavra que escreveu em sua tarjeta. A ideia, nesse momento, não é aprofundar a discussão.

Tempo previsto: 1 hora

Leitura do texto: 15 minutos

Realização da atividade: 30 minutos

Apresentação dos participantes: 15 minutos

Material necessário: folhas de papel A4, canetas hidrocor

Linha do tempo do socioambientalismo

Agora é o momento de trazer à tona um pouco da história mundial e nacional de preocupações da sociedade com as questões ambientais e da criação das leis para regulamentar o uso dos recursos naturais. Para facilitar a explanação desse conteúdo, que é longo e complexo, sugere-se a montagem de uma linha do tempo em sala de aula, previamente preparada.

Como base para o instrutor preparar as tarjetas que formarão a linha do tempo e explicar brevemente sobre cada evento histórico significativo, sugere-se, como exemplo, uma linha do tempo, que poderá, dependendo do contexto local, ser adaptada e/ou modificada.

Instruções da atividade: Sugere-se que as tarjetas, com a data e nome do evento histórico significativo, sejam fixadas em uma base plana (pode ser uma parede ou quadro negro) ou, na falta de infraestrutura, sejam fixadas em um barbante por meio de grampeador, fita adesiva ou cliques. Para facilitar a visualização pela turma, as tarjetas que irão representar os anos podem ser um pouco menores, de outra cor e redondas. As tarjetas que irão representar os eventos podem ser um pouco maiores. Para que a atividade surta o efeito desejado, é muito importante que o material já esteja pronto, para que a dinâmica de explanação não seja atrapalhada pela confecção da tarjeta no momento da atividade.

Tempo previsto: 2 horas

Explanação da atividade: 15 minutos

Leitura individual do texto: 15 minutos

Construção da linha do tempo e explanação do instrutor: 60 minutos

Plenária: 30 minutos

Material necessário: tarjetas coloridas previamente preparadas, fita adesiva, canetas hidrocor, xerox do texto didático

A proteção da natureza e os povos indígenas

Para promover uma discussão sobre o papel dos povos indígenas na conservação ambiental, a pressão atual a que seus territórios estão submetidos e a discussão sobre o controle territorial de terras indígenas propriamente dito, sugere-se a leitura de um texto didático para depois, por meio de uma atividade realizada em grupos, relacioná-lo com a linha do tempo sobre as atuais preocupações da sociedade com a proteção ambiental.

É importante lembrar que essa temática será tratada com maior profundidade e abordagem específica na capacitação em vigilância e proteção de terras indígenas, constituindo pré-requisito desejável para capacitação em monitores territoriais indígenas. Portanto, espera-se que os participantes da formação possuam subsídios para discussão da temática por meio da leitura coletiva do texto “A proteção da natureza e os povos indígenas”, respondendo posteriormente às perguntas orientadoras.

Instruções da atividade: Dividir a turma em grupos (os grupos podem ser por povos, regiões ou coordenações administrativas da Funai). Distribuir cópias do texto “A proteção da natureza e os povos indígenas” e pedir para que os participantes realizem a leitura coletiva do texto. Após a leitura de todos os grupos, sortear as perguntas orientadoras (uma para cada grupo) previamente elaboradas e redigidas em tarjetas de cartolina. Distribuir folhas de cartolina e pincéis atômicos para os grupos, pedindo que respondam as perguntas e apresentem suas respostas em plenária. Lembrá-los de escolher um

relator, ou seja, alguém responsável pela apresentação do trabalho para o grupo.

Sugestões de perguntas orientadoras:

- a) Qual o papel das terras indígenas brasileiras na conservação ambiental do planeta?
- b) Qual a relação entre os modelos de produção dos não indígenas e a degradação ambiental?
- c) Como os povos indígenas entraram na discussão sobre conservação ambiental?
- d) Quais as relações entre a degradação ambiental e a degradação da qualidade de vida das pessoas?
- e) Quais as consequências do modelo de desenvolvimento dos não indígenas para as terras indígenas na atualidade?

Tempo previsto: 1h10

Explicação da atividade: 10 minutos

Leitura coletiva do texto e realização da atividade: 30 minutos

Apresentação dos grupos de trabalho em plenária: 30 minutos

Material necessário: cartolinas, canetas hidrocor e tarjetas com as perguntas orientadoras a serem entregues aos grupos

Os novos guardiões da terra

Após a plenária, em que os grupos estarão discutindo o atual modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental e as consequências ambientais desse modelo às terras indígenas, pode-se iniciar a discussão do papel dos indígenas no controle e monitoramento de seu território e a necessidade de se promover a capacitação de pessoas na comunidade que sejam capazes de disseminar informações e transferir habilidades para garantir a integridade de seus recursos naturais.

Instrutor, explore bem essa sessão! É importante que os trabalhos individuais ou em grupos apresentados durante o dia estejam acessíveis e, se possível, com visualização facilitada, fixados nas paredes do espaço da capacitação para que se possa fazer as conexões necessárias entre os diferentes momentos da capacitação e o conteúdo ministrado durante esse bloco temático.

Será importante que o instrutor ressalte que a formação de monitores territoriais não é um processo pontual, mas faz parte da cultura e das estratégias de cada povo beneficiário da capacitação. Para tanto, sugere-se a leitura, pelo instrutor, do texto “Os novos guardiões da terra”. Sugere-se, ainda, que o texto seja reproduzido e distribuído para a turma para acompanhamento da leitura.

Instruções da atividade: Após a leitura do texto, perguntar aos participantes se eles possuem dúvida em relação ao texto. O instrutor deve incentivar a participação dos participantes, fazer perguntas, mas não as responder, deixando que o público se manifeste livremente. Enfatizar a pergunta que aparece ao final do texto e ir anotando em tarjetas de cartolina as impressões e colocações dos participantes sobre as atribuições e características desse monitor territorial indígena construído ali, em sala de aula.

Ao final da plenária, fixar as tarjetas no quadro negro, nas paredes ou mesmo no chão e incentivar a turma a revisá-las e complementá-las. O conjunto de características apresentadas pelos participantes será o subsídio para a próxima atividade.

Tempo previsto: 50 minutos

Explicação da atividade: 5 minutos

Leitura do texto: 15 minutos

Plenária: 30 minutos

Material necessário: tarjetas de cartolina, pincéis atômicos e cópias do texto de apoio

A construção do monitor territorial indígena local

Pretende-se, por meio desta atividade, colher subsídios sobre as principais expectativas dos indígenas e servidores participantes do processo de formação sobre o perfil, as atribuições e os conhecimentos necessários para que indígenas participem de forma qualificada de ações de proteção territorial e gestão ambiental. Até o momento, a discussão girou em torno dos desafios enfrentados pelos povos indígenas em um contexto contemporâneo pós-demarkação. Os participantes da capacitação receberam informações no que se refere ao histórico do ambientalismo e à relação das atuais preocupações mundiais com a proteção ambiental e o futuro da sustentabilidade das terras indígenas. Agora, é o momento de iniciar uma reflexão acerca do papel dos povos indígenas como principais interessados na proteção de seus territórios, que compõem, nos dias de hoje, juntamente com outras categorias, o conjunto

de áreas protegidas brasileiras. É necessário definir quem são esses atores que vão exercer o papel de agentes comunitários responsáveis pela disseminação de conhecimentos e informações pertinentes à proteção territorial. E garantir que estejam preparados para, de forma participativa, planejar ações de controle do território, subsidiar suas comunidades de informações sobre legislação indigenista e ambiental e, ao mesmo tempo, participar de forma ativa em ações de vigilância territorial. Nesse sentido, quais conhecimentos e habilidades esse ator local deve ter? Essas questões certamente surgirão durante a discussão nos grupos. O instrutor deve cuidar para que a discussão não se esvazie no quesito remuneração, e incentivar a discussão pelo viés das expectativas locais sobre a real necessidade de se capacitar agentes locais para participarem de forma efetiva, como garante a lei, de ações de proteção.

Instruções da atividade: Dividir a turma em grupos e distribuir cartolinas ou papel pardo juntamente com pincéis atômicos. Desenhar o quadro proposto a seguir no quadro negro e pedir para que os grupos preencham o quadro usando como base a leitura do texto da atividade anterior e as tarjetas resultantes da atividade.

Como devem ser?

O que devem saber?

Como devem fazer?

Ao final do exercício, juntando-se os quadros dos grupos, terão sido traçados o perfil, as atribuições e o papel dos monitores territoriais indígenas do público da capacitação.

Tempo previsto: 1h45

Explicação da atividade: 15 minutos

Realização da atividade: 60 minutos

Apresentação dos grupos: 30 minutos

Material necessário: cartolinas e pincéis atômicos

A emergência de uma nova categoria de agente comunitário: o monitor territorial indígena

1º momento:

Para fechar a discussão sobre “Por que monitor territorial indígena?”, deve-se iniciar esse novo dia de trabalho resgatando, de forma breve, o conteúdo do dia anterior. Orientar os participantes a rever, nas paredes do espaço de formação, o resultado dos trabalhos e, em seguida, refletir sobre a participação dos indígenas na gestão de seus territórios e a necessidade ou demanda de se formar agentes comunitários para prestar serviços em suas terras indígenas no que se refere especificamente à proteção territorial. Perpassar o conteúdo e fazer com que os participantes pensem sobre os efeitos e as consequências dos problemas ambientais globais na realidade local e a consequente necessidade de qualificação de representantes indígenas nesse debate. Relacionar os desafios contemporâneos às estratégias tradicionais de proteção territorial e questionar, para os participantes, se há ou não, em cada caso, a necessidade de se somar conhecimentos para a promoção da gestão territorial e ambiental de seus territórios. Nas atividades de continuidade desse bloco temático, serão introduzidas as discussões relativas ao conceito de agente comunitário trazendo à tona demandas já superadas de participação indígena no âmbito da saúde e educação, por exemplo.

Instruções da atividade: Sugere-se que o primeiro momento do seminário, após a revisão do dia anterior, seja realizado por meio de uma aula expositiva, com uma apresentação de *slides* preparada pelo instrutor ou oralmente. Para tanto, sugere-se a leitura dos textos “Experiências brasileiras de formação complementar em gestão territorial e ambiental em terras indígenas” e “O programa de formação de agentes agroflorestais indígenas”.

Tempo previsto: 1h45

Explicação da atividade: 15 minutos

Realização da atividade: 60 minutos

Debate: 30 minutos

Material necessário: apresentação de PowerPoint ou quadro negro elaborado pelo instrutor

2º momento:

Após o debate sobre o surgimento de agentes comunitários no âmbito das terras indígenas, o instrutor pode dar exemplos de experiências de formação complementar indígena na temática ambiental desenvolvidas por organizações indígenas e indigenistas visando suscitar o interesse dos participantes sobre diferentes metodologias e conteúdos programáticos desenvolvidos.

Instruções da atividade: Após uma breve exposição baseada nas leituras oferecidas na seção, escrever em papel *craft* ou no quadro negro: “experiências de formação de agentes ambientais indígenas”. Pedir para que os participantes falem sobre as experiências que conhecem e escrevê-las no quadro. Caso os participantes não conheçam nenhuma experiência, apresentar o quadro apresentado na seção correspondente do livro e pedir para que escolham uma iniciativa juntos.

1ª opção

Se o local do evento tiver acesso à internet, pode-se fazer uma pesquisa interativa, em plenária, e usar os sítios eletrônicos oferecidos no quadro para buscar dados sobre:

- » povos indígenas envolvidos na iniciativa;
- » temáticas trabalhadas e metodologias utilizadas;
- » atuação do monitor territorial indígena.

Caso não haja infraestrutura necessária de computadores ligados à internet para desenvolver a atividade, sugere-se que o instrutor faça uma pesquisa prévia sobre esses temas durante a preparação de sua aula, e inclua em seu material de aula pequenos textos com as informações levantadas sobre iniciativas de formação de agentes ambientais indígenas. Distribuir os textos aos participantes para que realizem a pesquisa (individualmente ou em grupos).

Tempo previsto: 2 horas

Explanação da atividade: 30 minutos

Realização da atividade: 60 minutos

Debate: 30 minutos

Material necessário: computador, internet, papel *craft* e/ou pequenos parágrafos sobre as iniciativas citadas no quadro da seção, com as informações necessárias para a realização da pesquisa

A Funai e os monitores territoriais indígenas: parceria para o monitoramento das terras indígenas

Como última atividade deste capítulo, propõe-se a realização de um exercício, de forma bastante participativa, visando levantar, a partir do ponto de vista dos participantes, quais seriam as premissas e os princípios para atuação de monitores territoriais indígenas como parceiros na implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). No caso específico da atuação dos indígenas em ações de monitoramento territorial, será utilizada, como instrumento legal, a Portaria no 320, de 27 de março de 2013.

A ideia é apresentar a portaria para que os participantes conheçam e se apropriem do marco legal que estabelece as diretrizes e critérios para a concepção e execução de ações de proteção territorial e ambiental em terras indígenas. Sugere-se que o instrutor distribua a portaria impressa aos participantes e que façam uma leitura dirigida de seu conteúdo com pausas, para recuperar e revisar o conteúdo exposto até o presente momento do módulo.

Instruções da atividade: Distribuir cópias da portaria aos participantes e iniciar a leitura dirigida. Pedir para que os

participantes marquem com caneta hidrocor os trechos ou artigos que não compreenderam. Quando necessário, pausar a leitura e retomar o conteúdo abordado no bloco visando facilitar a compreensão da turma. Ao final da leitura dirigida, orientar os participantes a escrever, em tarjetas de cartolina, suas dúvidas em relação à portaria. Recolher as tarjetas de cartolina e misturá-las. Um dos participantes deve sortear a primeira pergunta e escolher um participante para respondê-la. O participante escolhido responde a pergunta e sorteia outra pergunta. O instrutor só deve intervir quando o escolhido para responder a pergunta realmente não souber a resposta. Repetir o sorteio até as perguntas acabarem.

Tempo previsto: 1h40

Explanação da atividade: 10 minutos

Leitura dirigida: 60 minutos

Dinâmica das perguntas: 30 minutos

Material necessário: cópias da Portaria no 320/2013, tarjetas de cartolina, canetas hidrocor

Instruções da atividade

Agora que os participantes já conhecem o marco legal sobre a participação dos indígenas nas ações de monitoramento territorial e já discutiram quais as estratégias tradicionais usadas por seu povo para o controle e monitoramento de suas terras, pode-se propor uma complementação do quadro preenchido na atividade 6, que deve ser recuperado nesta atividade.

Após a dinâmica das perguntas, dividir a turma em grupos garantindo que os grupos não sejam os mesmos. Distribuir folhas de papel *craft* e redigir em quadro negro a instrução da atividade. Após a distribuição do material e a redação do enunciado do exercício, explicar a atividade aos participantes. Após a realização do exercício, organizar a apresentação dos grupos destacando que essa atividade encerra o primeiro bloco do módulo de formação de monitores territoriais indígenas.



Guia do instrutor

Capítulo 2

O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO PESQUISADOR

*Exercícios de
entendimento e fixação*

Neste capítulo, as reflexões versam sobre a importância da produção de informações e conhecimentos sobre as terras indígenas e seus ambientes. Para tanto, discutem-se conceitos como conhecimento, pesquisa e ciência, de modo que possam subsidiar a boa utilização das informações pesquisadas e produzidas no planejamento e as ações de gestão territorial e ambiental indígenas.

Por meio da discussão em relação à pesquisa, à produção de conhecimentos e ao diálogo entre ciências, pretende-se suscitar, nos participantes do processo formativo, reflexões sobre a importância de se conhecer o território e produzir informações sobre ele, para garantir o bom planejamento para o monitoramento e a gestão.

Ciência: a arte de construir saberes

Antes de apresentar quaisquer conceitos supostamente carregados de verdades da ciência ocidental, recomenda-se a realização de um exercício a fim de apreender a visão dos participantes sobre conceitos que orbitam essa temática.

Instruções da atividade: Pedir para que os participantes se disponham em círculo e distribuir tarjetas de cartolina e canetas hidrocor. Escrever em quatro tarjetas as palavras a seguir e afixá-las com fita adesiva no centro do círculo. Distribuir tarjetas de cartolina aos participantes, pedir para que escolham uma das palavras e escrevam uma definição para elas, sob o seu ponto de vista. A seguir, devem colar a tarjeta com sua definição abaixo da palavra escolhida.

PESQUISA – CIÊNCIA – CONHECIMENTO – CONCEITO

Após a dinâmica com os participantes, promover uma breve discussão sobre a relação da palavra CONCEITO e o exercício. Ressaltar que a descrição, o entendimento dos participantes sobre a palavra escolhida, refere-se ao conceito que cada um tem sobre ela. Exemplificar, por meio da origem da palavra conceito na língua latina, o que ela significa para os não indígenas.

Conceito

(do latim *conceptus*, do verbo *concipere*, que significa “conter completamente”, “formar dentro de si”) é aquilo que a mente concebe ou entende: uma ideia ou noção.

Fonte: Wikipedia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Conceito>>.

Ressaltar, ainda, que a cultura ocidental conceitua o mundo e registra esses conceitos, inclusive na ciência, de forma escrita, e que os povos indígenas, que também conceituam o mundo, o fazem historicamente por meio da oralidade.

Após a discussão introdutória, distribuir o texto abaixo e orientar os participantes a realizar uma leitura coletiva (cada participante lê um parágrafo):

Ciência e a construção de saberes

PESQUISA é o processo de construir conhecimentos e saberes. É o processo de registrar conhecimentos já existentes ou construir novos conhecimentos. Quando realizamos uma pesquisa sobre a terra indígena, estamos, ao mesmo tempo, registrando conhecimentos já existentes e gerando novos conhecimentos em parceria com a ciência do não indígena.

Quando realizamos uma pesquisa, todos aprendem. Tanto o **PESQUISADOR**, que é quem realiza uma pesquisa, como a sociedade em que a pesquisa é realizada. Ao profissional da pesquisa, o não indígena dá o nome de pesquisador.

A pesquisa também pode ser definida como um conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um **CONHECIMENTO**.

As pesquisas alimentam de conhecimentos e informações a **CIÊNCIA**. Cada povo, em cada região diferente do mundo, possui um conjunto de conhecimentos sobre a vida, as coisas, o passado, a relação com o ambiente, que, juntas, formam as diferentes ciências.

Os não indígenas não gostam muito dessa ideia, pois acreditam que apenas a sua ciência é válida e contém a verdade sobre as coisas. Mas sabemos que cada cultura possui conhecimentos diferentes. Estes conhecimentos devem ser registrados, para que a ciência dos não indígenas possa valorizá-la e para que se produzam novos conhecimentos por meio da soma entre as diferentes formas de pesquisa.

Tempo previsto: 1 h

Explanação da atividade: 10 min

Apresentação dos participantes: 20 minutos

Explanação introdutória: 15 minutos

Leitura coletiva: 15 minutos

Material necessário: tarjetas coloridas, canetas hidrocor, cópia do texto

“Ciência e a construção de saberes”

Conhecer para cuidar!

Instrução da atividade

1º momento: Distribuir cópias da reportagem sobre pesquisadores indígenas aos participantes, caso não tenham o livro em mãos. Selecionar candidatos voluntários para realizar a leitura do texto (em linguagem jornalística) para os demais participantes. Simular a locução de um jornal para apresentação dos participantes voluntários. Pedir para que os demais participantes acompanhem a leitura. Após a leitura, solicite aos participantes, em plenária, que identifiquem elementos de diálogo entre a ciência ocidental e a ciência nativa na pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores Baniwa. Utilizar o texto introdutório da atividade para animar a discussão. Registrar os elementos de diálogo identificados pelos participantes no quadro negro ou em tarjetas de cartolina.

2º momento: Após a finalização da atividade, o instrutor deve orientar os participantes a refletir sobre possíveis temas ou objetos de pesquisa na temática monitoramento territorial passíveis de colocar em diálogo sistemas de conhecimentos ambientais. As categorias de problemas enumerados pela CGMT podem ser utilizadas neste

exercício. Distribuir tarjetas de cartolina e pedir para que registrem suas sugestões. Cada participante preencherá três tarjetas: uma para o tema ou objeto da pesquisa; uma para elementos da ciência ocidental, como a cartografia; e outra para elementos da ciência indígena, como as excursões coletivas das mulheres para coleta de frutas no âmbito de um determinado ritual. Montar um painel/quadro com as colunas: tema, ciência indígena e ciência não indígena. Após o término da atividade, pedir para que os participantes escolham, em plenária, três temas para próxima atividade.

Tempo previsto: 30 minutos

1º momento: 15 minutos

2º momento: 15 minutos

Material necessário: cópias da reportagem sobre pesquisadores indígenas, tarjetas de cartolina, canetas hidrocor e papel *craft*

Instrução da atividade

No exercício anterior, os participantes selecionaram três temas de pesquisa. Agora, o instrutor deve separar a turma em três grupos e distribuir os temas entre eles. Essa atividade pretende estimular os participantes a pensar e a elaborar um roteiro de pesquisa a partir dos elementos anteriormente estudados.

Os participantes devem revisitar a atividade anterior, em que selecionaram objetos de pesquisa relacionando objetivos e metodologias. Pedir para que façam o mesmo para o tema selecionado, porém, desta vez, que detalhem a metodologia, indicando o passo a passo para se chegar ao objetivo da pesquisa, ou seja, a construção de determinado conhecimento útil para ser utilizado em alguma ação de

monitoramento territorial. Após a definição dos objetivos e o detalhamento de metodologias, os grupos devem elaborar sua proposta por escrito. Ao final da atividade, propõe-se a sistematização do trabalho em um cartaz e a apresentação aos demais participantes.

Tempo previsto: 1h30

Explanação da atividade: 10 minutos

Trabalho em grupo: 60 minutos

Apresentação dos grupos e discussão: 20 minutos

Material necessário: papel *craft*, canetas hidrocor, papel A4

Construindo conhecimentos

As metodologias de pesquisa da ciência ocidental possuem difícil incorporação a pesquisas participativas ou protagonizadas pelos próprios indígenas. Por esse motivo, o conhecimento válido tem sido historicamente construído por pesquisadores do meio acadêmico. Este exercício busca incentivar os participantes a conhecer algumas metodologias simplificadas de pesquisa na busca de informações e conhecimentos e adaptá-las visando a sua utilização na produção de conhecimentos que possam contribuir para a gestão integrada dos territórios indígenas.

Instrução da atividade: O instrutor deve pedir para que os participantes realizem leitura individualizada do texto presente no quadro da cartilha. Após a leitura, pedir para que se organizem em grupo e escolham um objeto de pesquisa que tenha relação com a temática do monitoramento territorial, por exemplo: invasão, arrendamento de terras, ocorrência de incêndios, extração ilegal de madeira ou de minérios, pesca predatória, entre outros. Quanto mais variados os temas dos grupos, melhor. Em seguida, pedir que apresentem à turma o objeto da pesquisa, seu objetivo e sua metodologia (como será realizada). Após o trabalho peçam que apresentem a pesquisa para os demais participantes.

Os conhecimentos que os povos indígenas e as populações tradicionais detêm são chamados pelos não indígenas de conhecimentos tradicionais. Os conhecimentos tradicionais são todos os saberes que um determinado povo tem sobre sua relação com o mundo. Atualmente os conhecimentos tradicionais têm sido cada vez mais valorizados pela ciência ocidental, que veem nos saberes dos povos indígenas matéria-prima para sua ciência. Os povos indígenas e tradicionais têm lutado de diferentes maneiras para proteger os seus conhecimentos.

Tempo previsto: 1 hora

Explicação da atividade: 10 minutos

Trabalho em grupo: 30 minutos

Apresentação dos grupos e discussão: 20 minutos

Material necessário: papel *craft*, canetas hidrocor





Guia do instrutor

Capítulo 3

O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO MULTIPLICADOR

*Exercícios de
entendimento e fixação*

Após a discussão sobre o papel dos monitores territoriais indígenas como pesquisadores e autores de seus próprios conhecimentos, abre-se espaço para a reflexão sobre as atribuições dos indígenas e servidores envolvidos em ações de monitoramento territorial: *i)* como atores na comunicação de informações e conhecimentos; e *ii)* na promoção de momentos de aprendizagem coletiva junto a suas aldeias e comunidades do entorno.

A ideia principal deste capítulo é promover a discussão sobre algumas concepções fundamentais do trabalho em educação para gestão territorial e ambiental, procurando instaurar no grupo um clima de reflexão compartilhada. Pretende-se gerar discussões sobre aspectos da organização do trabalho de sensibilização do monitor territorial indígena e da elaboração de momentos formativos diferenciados em suas comunidades.

O texto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) garante a promoção e o reconhecimento de agentes ambientais indígenas que devem ser capacitados em caráter contínuo. Porém, a PNGATI não abrange essa diversidade de agentes que, nos dias de hoje, emerge por meio de inúmeras experiências indígenas Brasil afora e não aponta as atribuições e habilidades necessárias para tal atuação.

Para exercer as atribuições de agentes ambientais não indígenas, entre as principais habilidades necessárias estão a sensibilização e a disseminação de conhecimentos e informações sobre a situação socioambiental em que se insere, bem como a mediação de conflitos socioambientais existentes no contexto de atuação. O trabalho dos monitores territoriais indígenas envolvidos diretamente em ações de proteção territorial engloba ações de sensibilização e educação para gestão socioambiental.

Como disseminar informações e qualificar entendimentos sobre a importância e a legalidade da proteção territorial? Esse trabalho se faz necessário? No caso específico dos indígenas, como discutir questões relativas à proteção territorial e sensibilizá-los acerca de problemas ambientais sem subjugar os conhecimentos tradicionais? O papel do monitor territorial indígena como multiplicador exige que este esteja atualizado e em constante processo de formação, para que possa assumir o papel de interlocutor entre diferentes sistemas de conhecimentos e comunicar, para dentro e para fora, os anseios, necessidades e demandas das comunidades indígenas voltadas à integridade de seus territórios.

Educação e povos indígenas

Instrução da atividade

Distribuir cópias do texto e duas tarjetas coloridas (uma cor para cada conceito) aos participantes. Selecionar um voluntário para realizar leitura do texto. Antes da leitura, o instrutor deve dispor duas folhas de papel *craft*, escrevendo em cima de uma a palavra educação, e da outra, a palavra escola. Orientar os participantes a acompanhar a leitura do texto e escrever, em cada tarjeta o que entendem por educação e o que entendem por escola. Após a leitura, orientar os participantes a dispor

suas tarjetas em cada um dos cartazes. Utilizar a chuva de ideias dos participantes para animar a discussão sobre escola e educação com base no texto introdutório da atividade.

Tempo previsto: 30 minutos

Explicação da atividade: 10 minutos

Leitura do texto: 10 minutos

Realização da atividade: 10 minutos

Material necessário: papel *craft*, canetas hidrocor, tarjeta de cartolina e cópia do texto

Educação ambiental indígena: uma educação necessária?

Instrução da atividade

Projetar ou redigir no quadro negro o objetivo específico da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas e lançar mão de duas perguntas orientadoras a serem respondidas em grupos de trabalho.

- 1) A educação ambiental indígena é necessária?
- 2) Como vocês veem a inserção da educação ambiental no ambiente de educação formal (escola, universidades) e no ambiente não formal (atuação profissional de indígenas envolvidos em ações de gestão ambiental)?

- 3) Como as informações sobre monitoramento ambiental e territorial costumam ser compartilhadas na comunidade?

Peça para que os grupos redijam suas respostas e apresentem para os demais participantes.

Tempo previsto: 1 hora

Instrução da atividade: 10 minutos

Trabalhos em grupo: 30 minutos

Apresentação trabalhos: 20 minutos

Material necessário: computador, *data-show*, folhas A4, canetas

Educação ambiental indígena: a construção de um conceito

Assim como ocorre na educação indígena, uma possível educação ambiental direcionada a povos indígenas deve ser diferenciada e adaptada às diversas realidades. É nesse sentido que se propõe a dinâmica a seguir.

Instrução da atividade: Imprimir os conceitos, dividi-los em tiras e colocá-los em uma caixa de papel. Dividir a turma em grupos e orientar os participantes a sortear um conceito para cada grupo. Cada grupo irá elaborar um conceito de educação ambiental indígena baseado no conceito de educação ambiental recebido pelo instrutor. O grupo irá depositar o “seu” conceito novamente na caixa. Quando todos os grupos concluírem a atividade, o instrutor irá pedir para que os grupos sorteiem novamente os conceitos em tiras de papel na caixa (agora os conceitos elaborados pela turma). Discutir com os participantes quais dos conceitos se adaptam melhor à realidade indígena.

Tempo previsto: 1 hora

Instrução da atividade: 10 minutos

Trabalhos em grupo: 30 minutos

Apresentação trabalhos: 20 minutos

Material necessário: computador, *data-show*, folhas A4, canetas



Guia do instrutor

Capítulo 4

O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO EMBAIXADOR

*Exercícios de
entendimento e fixação*

Neste capítulo, discute-se quais habilidades e conhecimentos são necessários para formular estratégias de interlocução, articulação e mediação em eventos, processos e espaços que envolvam a temática da proteção ambiental e territorial. Para tanto, serão incentivadas discussões sobre elementos facilitadores do diálogo entre o agente local e a comunidade, a fim de preparar este agente para a participação em instâncias de discussão e decisão sobre a temática. Nesse sentido, serão apresentados elementos acerca da mediação de conflitos. Há muito conteúdo e conversa interessante sobre esse assunto, e seria necessário um curso inteiro só sobre isso para abordar o tema com profundidade. Portanto, é importante frisar que este será apenas um início de diálogo sobre a participação cidadã dos monitores territoriais indígenas no meio que os cerca.

Os povos indígenas e as conquistas na participação das políticas

Instrução da atividade

Sugere-se que o instrutor, a partir da leitura do texto, elabore uma linha do tempo com as principais conquistas dos povos indígenas no que se refere a sua participação na elaboração e implementação de políticas públicas que beneficiam diretamente ou indiretamente suas comunidades. Deve-se distribuir o texto aos participantes e pedir que realizem uma leitura individualizada. Desenhar a linha do tempo no *flip-chart* ou fixar uma fita adesiva dupla-face em uma das paredes do espaço de formação. Fixar ao longo da linha os anos que aparecem no texto. Distribuir tarjetas aos participantes e pedir para que identifiquem no texto e no cotidiano do grupo da capacitação eventos importantes que marcaram a participação dos povos indígenas em espaços públicos, como comitês, conselhos, partidos políticos, comissões etc. Os participantes devem anotar esses eventos nas tarjetas e fixa-las ao longo da linha do tempo. O instrutor deve animar o debate resgatando outros eventos históricos em nível nacional e internacional.

O instrutor poderá retomar a linha do tempo do livro sobre vigilância e proteção de terras indígenas. A partir dessa linha do tempo, pode-se organizar o histórico de regularização e proteção das terras indígenas e ir complementando com as novas informações.

Tempo previsto: 1 hora

Explicação do instrutor: 15 minutos

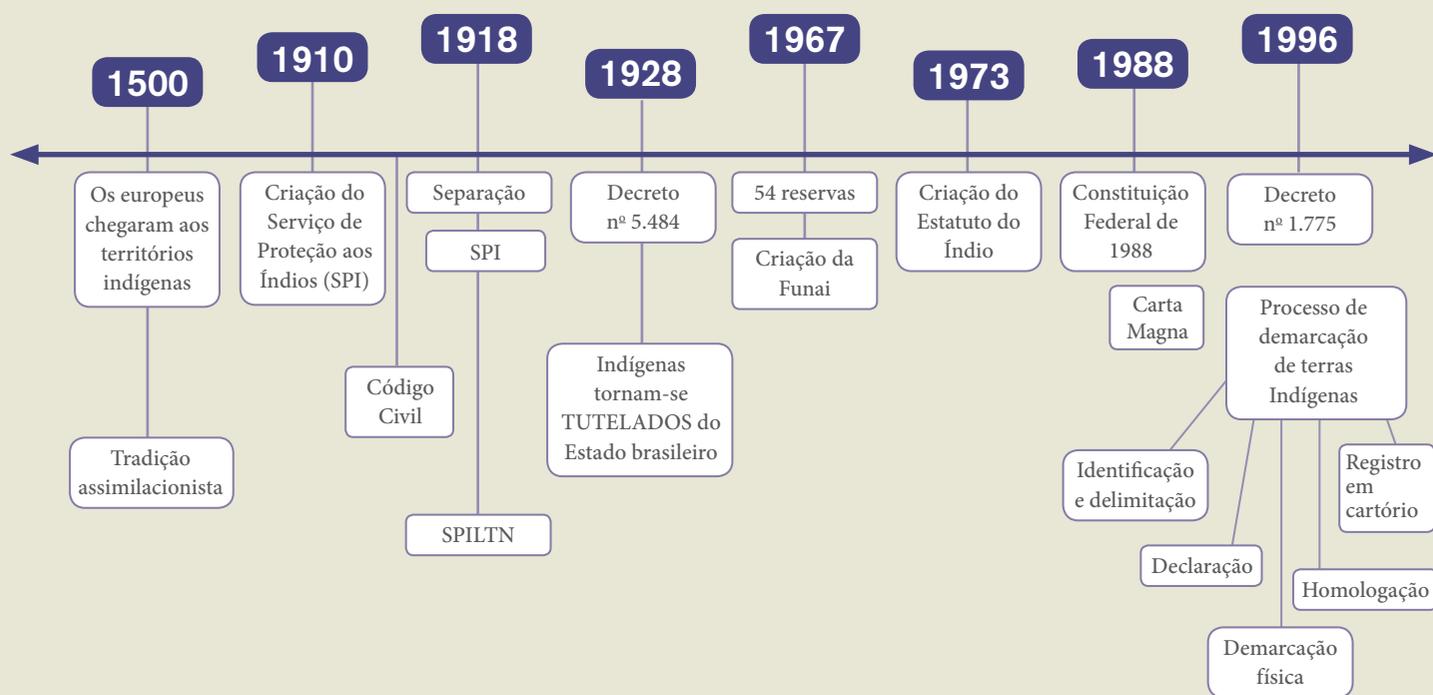
Leitura do texto: 15 minutos

Elaboração da linha do tempo: 15 minutos

Debate: 15 minutos

Material necessário: cópia do texto, folhas de *flip-chart*, canetas hidrocor

Breve história e contexto da regularização e proteção das terras indígenas no Brasil



Os espaços de discussão e a voz indígena

A ideia, nessa atividade, é mapear os atores que orbitam a(s) terra(s) indígena(s) foco da capacitação visando identificar as relações e a participação efetiva ou não da(s) comunidade(s) em espaços públicos de discussão sobre políticas públicas e interlocução entre os povos indígenas e a sociedade. Como os povos indígenas podem intervir e participar em discussões relativas ao desenvolvimento local do ponto de vista socioambiental e influenciar o futuro? E como fortalecer os povos indígenas e suas associações representativas para participar do diálogo sobre as dinâmicas territoriais? Como aperfeiçoar a cooperação entre as diferentes instituições e fortalecer as negociações e a capacidade de tomar decisões no nível local. Os povos indígenas estão inseridos, nos dias de hoje, em diferentes instâncias, desde o nível local, como os conselhos indígenas de saúde, regional, como os Comitês Regionais da Funai, até o nível nacional, como a Comissão Nacional de Política Indigenista, com voz em assentos e conselhos gestores de unidades de conservação e com a oportunidade de contribuir em decisões estratégicas. Porém, a qualificação dos indígenas para participação desses espaços ainda é algo que precisa de muito investimento. Para que os representantes e lideranças indígenas possam realmente tornar-se interlocutores de suas comunidades, defendendo seus anseios e necessidades.

Acreditamos que o primeiro passo é conhecer quem é quem na dinâmica territorial e avaliar a proximidade, intensidade e qualidade dessas relações. Isso só é possível fazer em nível local e para tanto, vamos sugerir um exercício coletivo do grupo para mapear os atores que estão atuando e tomando decisões sobre a proteção ambiental das terras indígenas.

Mapeando os atores que nos cercam usando o diagrama de Venn

Jon Venn criou uma diagramação baseada em figuras no plano. Esse método consiste basicamente em círculos que possuem a propriedade de representar relações entre conjuntos numéricos. Também pode ser utilizado no estudo da Estatística, a fim de organizar e analisar dados colhidos em pesquisas de opinião.

Fonte: Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/matematica/diagrama-de-venn.htm>>.

Instrução da atividade: Preparar antecipadamente círculos de cartolina de diferentes tamanhos e cores. Dividir a turma em grupos, preferencialmente de uma mesma terra indígena, região ou coordenação regional. Orientar os participantes a selecionar uma unidade de diálogo, que pode ser a associação indígena, a CTL ou CR ou mesmo uma organização regional a que estejam associados. Pedir para que preencham um círculo de cartolina com essa unidade de diálogo, listando todas as instituições e organizações que atuam direta ou indiretamente na proteção territorial. Esclarecer que devem ser listadas as organizações e pessoas que atuam ou orbitam em torno da temática da *proteção ambiental* (de terras indígenas ou não). Pode ser que apareçam instituições que, aparentemente, para o instrutor, não possuem relação direta com o tema, mas este não deve intervir. Em vez disso, deve pedir para que preencham os círculos de cartolina menores para as instituições mais “fracas” e os círculos maiores para as organizações mais “fortes” – ou seja, que dão mais ou menos ênfase ao tema. Após essa etapa, pedir para que os participantes disponham a unidade de diálogo no centro e coloquem as instituições mais “próximas” perto do círculo central e as instituições mais “distantes” longe do círculo central. O

instrutor anima o debate, no momento de apresentação dos grupos de trabalho, explicitando o mapeamento das relações e dos atores, e a necessidade ou não de aproximar algumas relações ou fortalecer outras.

Tempo previsto: 1 hora

Explicação do instrutor: 15 minutos

Trabalho em grupos: 30 minutos

Debate: 15 minutos

Material necessário: círculos coloridos de cartolina de diferentes tamanhos e cores, papel *craft*, caneta hidrocor e cola

Identificando os problemas e suas raízes (dinâmica da árvore de problemas)

Identificar os atores envolvidos nas ações e atividades que envolvam a temática da proteção territorial é um passo importante para o sucesso na interlocução entre a comunidade indígena e a sociedade. Para participar, de forma qualificada, de espaços de discussão e decisão sobre a dinâmica territorial da terra indígena em que está inserido e construir arranjos institucionais e parcerias visando à integridade e à sustentabilidade de sua terra, o monitor territorial indígena deve ser capaz de identificar, com clareza, quais são os problemas territoriais e ambientais que a terra indígena enfrenta e quais são suas raízes, ou seja, as causas desses problemas.

É discutindo formas de resolução das causas que os problemas serão eliminados. Caso contrário, qualquer tentativa de resolução das consequências, ou seja, dos problemas em si, refletirá apenas na remediação e protelação da discussão mais aprofundada sobre o tema. Por exemplo, suponha-se um povo indígena habita uma terra degradada por antigos moradores que viveram na região antes de sua demarcação física, terra esta que não possui recursos naturais suficientes para sua sobrevivência física e cultural e nem fontes alternativas de geração de renda. Certamente, este povo estará mais suscetível a ser cooptado por não indígenas a arrendar suas terras para criação de animais ou plantio de lavouras, recebendo em troca os recursos necessários para o atendimento de suas necessidades atuais.

O problema nesse caso é o arrendamento das terras. Mas qual a sua causa? Não seria a falta de alternativas econômicas sustentáveis e a escassez atual de recursos

naturais? Não é uma tarefa fácil encontrar as raízes dos problemas, e mais difícil ainda é pensar estratégias para cortar essas raízes. A proposta desta atividade, portanto, é tentar identificar os problemas enfrentados pelos participantes da capacitação e as raízes desses problemas.

Instrução da atividade: Dividir a turma em grupos por unidade territorial (terra indígena ou CR). Pedir para que o grupo liste os principais problemas relacionados à proteção territorial e que os participantes desenhem, em uma folha de papel *craft*, uma árvore, com caule, raízes e galhos.

Orientá-los a escrever, em cada um dos galhos, um problema listado no exercício em grupo. Após a descrição dos problemas, instigá-los a refletir e escrever, nas raízes da árvore, as causas de cada um dos problemas listados, como descrito no exemplo. Na apresentação dos grupos, o instrutor deve animar a discussão incentivando os outros grupos a identificar se as causas apontadas pelos participantes têm relação direta ou não com os problemas listados.

Tempo previsto: 1 hora

Explicação do instrutor: 15 minutos

Trabalho em grupos: 30 minutos

Debate: 15 minutos

Material necessário: papel *craft* e caneta hidrocor

Identificando os problemas e suas raízes (dinâmica da árvore de problemas)

A negociação depende da comunicação. Ocorre entre indivíduos que agem, por si próprios ou como representantes de grupos organizados e, por isso, pode ser considerada um elemento do comportamento humano. Mas um dos conselhos básicos na negociação é ter um conhecimento aprofundado das circunstâncias que a rodeiam. A ideia aqui é discutir como: agir preventivamente em questões que apresentam risco ambiental; participar ou propor ações junto a moradores do entorno das terras indígenas; sugerir soluções de conflitos socioambientais; e evitar e se proteger de situações de perigo sem necessariamente exercer arbitragem e juízos.

É por esse motivo que a mediação por parte do chefe indígena era algo de grande importância nas sociedades indígenas, pois seus papéis de senhor e servo se autoeliminavam, fazendo surgir, assim, a figura do chefe mediador: aquele que ajuda aos membros da comunidade a resolverem seus problemas, sem, contudo, decidir a questão, mas deixando-os chegar a uma solução, em que o diálogo prevalece e a decisão é das próprias partes.

A negociação é um processo bilateral, que tem o objetivo de chegar a uma decisão conjunta e, por isso, depende de alguns fatores, relacionados a seguir.

- » Escutar ativamente e registrar o que está sendo dito: saber ouvir é uma habilidade que permite obter muitas respostas e identificar os interesses envolvidos na negociação, facilitando a decisão.
- » Falar para ser entendido: deve-se colocar suas ideias de maneira clara e organizada.
- » Negociar não é realizar um debate.

Instrução da atividade:

a) Discutir com o grupo **as fases de uma negociação** e depois pedir que preencham a tabela, dando opinião sobre as afirmações. Essa atividade continuará na atividade posterior.

Tempo previsto: 50 minutos

Explicação do instrutor: 20 minutos

Trabalho individual: 20 minutos

Debate: 10 minutos

Material necessário: cópias do exercício proposto, apresentação de PowerPoint previamente preparada pelo instrutor

b) Mediando conflitos: a arte da mediação

Os chefes, em quase todas as culturas indígenas brasileiras, são tidos como bons oradores. A fala é uma qualidade inseparável e necessária a sua função, assim, os chefes são obrigados a falar nos ritos e discursos, exercendo um verdadeiro poder de mediação. A opinião do chefe é recebida com mais consideração do que a dos demais membros. Mesmo assim, isso não lhe confere poder absoluto, pois sua opinião só terá validade enquanto expressar o desejo da sociedade por ele chefiada. Sua função não é fazer leis, mas mesmo que as fizesse, suas leis não seriam cumpridas pela comunidade. Deste modo, sua função em conflitos em sua sociedade é a de conciliador ou mediador, buscando sempre chegar a consensos, apelando para o bom senso, trazendo à memória os ensinamentos dos antigos sobre a importância da preservação e da continuidade de uma sociedade unida. O papel dos monitores territoriais indígenas na resolução de conflitos socioambientais deve se espelhar no papel dos chefes indígenas. A fala, ou seja, o papel de embaixador, e a interlocução, ou seja, o papel de mediador e conciliador, talvez sejam as atribuições e habilidades mais difíceis de se alcançar e, por isso, devem ser praticadas cotidianamente.

Até aqui já houve oportunidade de mapear os atores que orbitam regionalmente em torno da temática de proteção territorial e os problemas enfrentados pelos grupos – e some-se a isso os conhecimentos e habilidades adquiridos com o livro sobre noções gerais de legislação indígena e ambiental. Agora, é hora de discutir como os monitores territoriais indígenas podem contribuir na comunicação de ilícitos, tanto a suas comunidades como às instituições responsáveis pela fiscalização da terra indígena, e na mediação de conflitos socioambientais gerados por esses ilícitos.

Há diferentes formas de se identificar ações ilícitas no interior e entorno das terras indígenas: os estudos e pesquisas participativas; a análise e leitura de imagens cartográficas; e as atividades tradicionais de manejo de recursos naturais, como caçadas e pescarias coletivas. Há ainda as ações concretas de vigilância e fiscalização realizadas pelo Estado, como as operações e excursões de fiscalização nos limites das TIs. Os monitores territoriais indígenas, quando da realização dessas ações, têm acesso a informações que devem ser comunicadas e publicizadas às instituições competentes. Como fazê-lo dentro da lei e sem expor as suas comunidades e a segurança dos próprios monitores territoriais? Lembre-se de que o papel do monitor territorial como interlocutor, assim como suas atribuições como pesquisador e multiplicador, tem validade se for acordado e legitimado por suas comunidades.

Para identificar as atividades ilícitas, é necessário entender a lei e discutir com a comunidade para, juntos, buscar soluções para os problemas ambientais. Também é preciso saber comunicar-se de acordo com as especificidades culturais locais. O papel do monitor territorial indígena como embaixador de sua comunidade ou como interlocutor entre diferentes lógicas e mundos é principalmente o de embaixador. É necessário saber comunicar-se com sua comunidade trocando informações qualificadas, comunicar-se com o conjunto de atores mapeados no exercício anterior buscando o estabelecimento de parcerias e saber comunicar-se com os responsáveis pelas ações predatórias nas terras indígenas de forma a sensibilizá-los e não apenas repreendê-los. Tudo isso pautado pela lei e visando garantir a integridade da terra indígena.

Instrução da atividade: Dividir a turma em dois grupos aproximadamente iguais. O primeiro grupo de participantes formará um grupo de habitantes de uma terra indígena hipotética, e o segundo grupo, um de madeireiros que estão retirando ilegalmente madeira da referida terra. Orientar os grupos para que discutam, durante 15 a 20 minutos, sobre a abordagem e a possível comunicação entre eles. Ressaltar que toda a conversa entre os grupos deverá ser pautada pelo diálogo, e que ambos devem elaborar argumentos para a conversa. Durante a simulação, o instrutor exercerá a função de mediador. Pedir para que os participantes coloquem seus argumentos de forma alternada, dando espaço para que os dois grupos possam expor seus argumentos. Os argumentos podem ser anotados em círculos de papel coloridos, ou tarjetas, para facilitar a visualização durante a atividade.

Obs.: No início da atividade, promover a leitura do texto “Povos indígenas e participação cidadã” (seção 4.1).

Ao final da atividade, pedir para que cada grupo simule uma nova situação. Escolher um voluntário entre os indígenas para ser o novo mediador.

Sugestões de situações:

- 1) Participação/assento no conselho gestor da unidade de conservação, o qual se sobrepõe à referida terra indígena.
- 2) Reunião com o Ministério Público Federal sobre arrendamentos de pastos no interior da terra indígena.

Tempo previsto: 3 horas

Explicação do instrutor: 15 minutos

1º Trabalho em grupos (experimental): 30 minutos

Debate: 15 minutos

2º e 3º trabalho em grupos: 1 hora

Simulação da mediação de conflitos: 1 hora

Material necessário: círculos coloridos de cartolina de diferentes tamanhos e cores, papel *craft*, caneta hidrocor



Guia do instrutor

Capítulo 5

O MONITOR TERRITORIAL INDÍGENA COMO EXECUTOR

*Exercícios de
entendimento e fixação*

A Diretoria de Proteção Territorial da Funai, por meio da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial, apresenta, em sete livros de capacitação, as habilidades e saberes necessários para a atuação qualificada de indígenas e servidores federais em ações de monitoramento territorial. Os participantes das capacitações têm oportunidade de intercambiar e trocar conhecimentos sobre temáticas que se inter-relacionam e enriquecem as ações de monitoramento. As temáticas abordadas nas demais capacitações são: a vigilância indígena; a cartografia básica e uso do GPS; a prevenção e monitoramento de incêndios florestais; a manutenção de equipamentos; os serviços ambientais; e noções gerais legislação indigenista e ambiental. Todas possuem importância quando discutidas pontual e isoladamente e devem ser adaptadas de acordo com as realidades locais. Dessa forma, para que o indígena e o servidor federal que estiver diretamente envolvido com as ações de monitoramento e proteção territorial aprimorem sua atuação, é desejável articular as diferentes habilidades apresentadas nos livros do Programa de Capacitação em Proteção Territorial e colocá-las em prática.

Nesse sentido, neste capítulo, os conceitos de gestão territorial e ambiental serão revisitados visando dar unicidade aos conteúdos desenvolvidos nos livros da capacitação e justificá-los no desafio mais amplo, de conquista de autonomia e sustentabilidade das terras indígenas, por meio de atividades que objetivam dar praticidade aos módulos subsequentes.

A atividade propõe uma dinâmica baseada em perguntas, de modo que, após receber a formação por meio dos sete livros de capacitação, os monitores territoriais indígenas possam responder por que a necessidade de se construir, com a participação de suas comunidades, estratégias de gestão de seus territórios que somem os conhecimentos científicos ocidentais e estratégias tradicionais de gestão territorial. Por fim, e por meio de exemplos práticos, serão colocados em discussão os instrumentos de gestão territorial e ambiental, que são as ferramentas de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das ações de monitoramento ambiental e controle territorial. Para que os monitores territoriais indígenas atuem de forma integrada em ações mais amplas de gestão territorial e ambiental – como gestão ambiental e manejo de recursos naturais, etnodesenvolvimento, vigilância e proteção do território, avaliação e atuação frente aos impactos de grandes projetos de infraestrutura –, faz-se necessário não dar por encerrado o processo de formação, que deve ser continuada para que os povos indígenas realmente possam assumir, com autonomia, a gestão de seus territórios e a sua sustentabilidade.

Gestão territorial & gestão ambiental: qual a diferença?

Instrução da atividade

Dividir a turma em grupos de trabalho e orientá-los a discutir entre si e responder as seguintes perguntas orientadoras:

O que é gestão territorial?

O que é gestão ambiental?

Em plenária, os grupos relatam o que foi falado durante a discussão. O instrutor deve registrar e destacar no flip-chart as principais ideias apresentadas pelos participantes dos grupos. Em seguida, o instrutor deve aprofundar as discussões, destacando os principais elementos da gestão territorial e ambiental. Após a atividade, redigir no *flip-chart* a seguinte pergunta orientadora:

Por que a gestão da terra indígena é necessária nos dias de hoje?

Tempo previsto: 1h30

Instrução da atividade: 10 minutos

Trabalhos em grupo: 20 minutos

Apresentação trabalhos: 20 minutos

Leitura do texto: 10 minutos

Plenária: 30 minutos

Material necessário: *flip-chart*, canetas hidrocor, folhas de papel *craft*, cópias do texto

Orientar os participantes a discutir os desafios contemporâneos da gestão ambiental e territorial em plenária e inserir no *flip-chart* as principais ideias debatidas para visualização e registro.

Gestão territorial x gestão ambiental em terras indígenas

Após a plenária sobre as diferentes visões sobre os conceitos de gestão territorial e gestão ambiental, incentivar os participantes a refletirem sobre o porquê de se capacitar indígenas e não indígenas para o enfrentamento dos desafios postos na atualidade à conquista da autonomia dos povos indígenas e à sustentabilidade de suas terras. O debate sobre os desafios contemporâneos da gestão territorial deve ser orientado sob uma perspectiva histórica.

É importante revisitar as diferenças entre os conceitos de território e terra indígena, abordado anteriormente no livro sobre elaboração de planos de monitoramento territorial e no de noções gerais de legislação indigenista e ambiental, além de retomar o conceito de meio ambiente, abordado no livro sobre serviços ambientais. Para tanto, sugere-se a elaboração de uma apresentação em PowerPoint ou tarjetas de cartolina que reproduza o esquema a seguir:

Um pouco de história

1500 à SPI à FUNAI à PNGATI

Linha do tempo: Enfatizar as conquistas históricas do movimento indígena e a participação efetiva do papel Estado brasileiro na formulação e implementação de políticas públicas que garantam a inserção de indígenas em estratégias de gestão territorial e ambiental, dando especial atenção à participação indígena na elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

Após a demarcação das terras indígenas e com a nova realidade pós-demarcação dessas terras, surgiram novos desafios. Esses desafios, comuns a todos os parentes dos indígenas, mesmo os que moram bem distante, podem ser resumidos como segue.

- » **Crescimento populacional e confinamento territorial** – O tamanho das terras indígenas, depois de demarcadas e, em alguns casos, revisadas, não crescerá. Mas o número de pessoas nas terras indígenas cresce a cada dia. Mais crianças nascem e as aldeias se dividem. É preciso pensar como viver bem em uma terra que não vai crescer com uma população que aumenta a cada dia.
- » **Crescimento da ocupação do entorno** – As terras indígenas foram demarcadas e, em seu entorno, as cidades crescem a cada dia. Em locais onde estão sendo construídas grandes obras de infraestrutura,

como estradas e hidrelétricas, isso acontece mais rápido, e a quantidade de pessoas que chegam nessas cidades é muito grande.

- » **Necessidade de bens e serviços externos** – A partir do contato com os não indígenas, surgiram novos bens que os povos indígenas aprenderam a usar e hoje são necessidades, como o sal, as roupas, o rádio, a TV, os medicamentos. Esses bens são comprados com dinheiro, por isso, atualmente, é preciso pensar em alternativas de geração de renda nas terras indígenas que mantenham a floresta em pé.
- » **Impactos de empreendimentos de infraestrutura** – As terras indígenas brasileiras não estão imunes aos impactos de grandes empreendimentos de infraestrutura e projetos implementados pelos governos e por empresários da iniciativa privada. A cada dia que passa, hidrelétricas, estradas, fábricas e linhas de transmissão de energia chegam mais perto dos limites das terras indígenas. Alguns desses empreendimentos trazem impactos ambientais e sociais que devem, por meio da lei, ser mitigados e compensados. Os povos indígenas devem se apropriar dessa legislação e estar preparados para negociar, junto a muitos atores diferentes, seus direitos e deveres.

Instrução da atividade

Após a apresentação/explanação das justificativas para a discussão sobre gestão ambiental e territorial, dividir a turma em grupos e pedir para que respondam às três perguntas orientadoras propostas na atividade. Os grupos irão expor suas discussões em plenária enquanto o instrutor registra o resultado dos trabalhos em tarjetas de cartolina, dispondo-as em um *flip-chart*, como uma chuva de ideias. O instrutor deve induzir o aprofundamento da discussão agrupando as contribuições dos participantes em grupos de respostas semelhantes, por exemplo: monitoramento territorial, manejo de recursos naturais, organização indígena, políticas públicas. Redigir tarjetas (de preferência de outra cor ou formato) com as grandes categorias e afixá-las perto das contribuições dos participantes.

Tempo previsto: 1 hora

Apresentação instrutor: 15 minutos

Trabalhos em grupo: 15 minutos

Plenária: 30 minutos

Material necessário: *flip-chart*, canetas hidrocor, folhas de papel *craft*, cópias do texto

Os povos indígenas e as conquistas na participação das políticas

Instrução da atividade

Redigir, em tarjetas coloridas, os temas dos livros do Programa de Capacitação em Proteção Territorial:

- 1) Noções gerais de legislação indigenista e ambiental;
- 2) Cartografia básica e uso de GPS;
- 3) Prevenção e monitoramento de incêndios florestais em terras indígenas;
- 4) Vigilância e proteção de terras indígenas;
- 5) Serviços ambientais: o papel das terras indígenas;
- 6) Monitores territoriais indígenas; e
- 7) Uso preventivo e manutenção de equipamentos e veículos.

Utilizar as tarjetas resultantes da última atividade, em que os participantes discutiram os desafios elencados para promoção da gestão territorial e ambiental de/em terras indígenas. Orientar os participantes a inserir, abaixo dos temas das capacitações, desafios passíveis de serem enfrentados com auxílio do conjunto de conhecimentos trocados, adquiridos e construídos durante os módulos de capacitação.

Se necessário, reproduzir as tarjetas com os desafios para inseri-las abaixo de outros temas de capacitação. Manter o trabalho em local visível do espaço de capacitação para ser utilizado na próxima etapa.

Tempo previsto: 1 hora

Apresentação instrutor: 15 minutos

Trabalhos em grupo: 15 minutos

Plenária: 30 minutos

Material necessário: *flip-chart*, canetas hidrocor, folhas de papel *craft*, cópias do texto

Após a finalização do exercício, o instrutor deve incentivar os participantes a discutir sobre como agregar os conhecimentos e habilidades discutidas nos livros de capacitação em instrumentos de gestão territorial e ambiental. Iniciar a discussão questionando-os sobre os diferentes entendimentos sobre o conceito de instrumento. Registrar em *flip-chart* os diferentes entendimentos. Se necessário, dar exemplos práticos de instrumentos utilizados no cotidiano dos participantes (facão para abrir roça, caneta para escrever, reunião para decidir ou discutir algo). A discussão deve ser breve e deve estar focada no debate sobre gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Se for preciso, reproduzir a conceituação a seguir como apoio para a conversa e pedir para que os participantes deem exemplos a partir dela.

Instrumento

Entende-se por instrumento um objeto, uma ferramenta, uma técnica ou uma prática que ajuda na realização de uma ação, uma atividade ou um trabalho.

Utilizar o esquema a seguir para preparar uma apresentação usando PowerPoint ou tarjetas de cartolina.

Quais os instrumentos usados, nos dias de hoje, para realizar a gestão territorial e ambiental nas terras indígenas?	
Instrumentos de diagnóstico	Referem-se à fase de levantamento de informações sobre a(s) terra(s) indígena(s). Funcionam como fotografias do passado e do presente visando planejar o futuro. Ex.: levantamentos ambientais, socioeconômicos, diagnósticos participativos, pesquisas e etnomapeamentos.
Instrumentos de planejamento	Referem-se à fase de discussão e reflexão de determinado grupo em uma temática específica (gestão territorial, saúde, educação etc.) levando-se em consideração o contexto histórico, a realidade presente e os anseios futuros. Ex.: etnozoneamentos, planos de manejo, programas de gestão, planos de vida, planos de uso.
Instrumentos de execução	Referem-se à gestão propriamente dita, em sua fase de execução. Ex.: projetos.
Instrumentos de monitoramento e avaliação	Referem-se à fase de acompanhamento da execução e de revisão do planejamento das ações de acordo com novos acontecimentos e mudanças no curso de determinada história. É a fase de avaliar o que deu certo e o que não deu, e de aprender com os acertos e erros. É uma fase importante e, muitas vezes, esquecida ou de difícil aplicação. Ex. comitês, comissões, conselhos.

Construção dos ciclos de gestão territorial e ambiental

Instrução da atividade

Apresentar o ciclo de gestão territorial e ambiental de/em terras indígenas oferecendo aos participantes exemplos práticos (diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento e avaliação). Para cada fase do ciclo, discutir como os conhecimentos e habilidades adquiridos nos livros de capacitação podem ser utilizados. Por exemplo, entre os instrumentos de diagnóstico conhecidos estão os etnomapeamentos de terras indígenas, em que os conhecimentos sobre cartografia e uso de GPS são utilizados. Também são utilizados nos etnomapeamentos os conhecimentos e habilidades adquiridos nos livros *Noções gerais de legislação indígenista e ambiental* e *Serviços ambientais: o papel das terras indígenas*. Como instrumentos de planejamento, destacam-se a elaboração participativa de planos de gestão ou, no caso específico do monitoramento territorial, a elaboração dos planos de proteção, que é conteúdo específico de um dos livros de capacitação.

Para uma exposição qualificada, recomenda-se a leitura dos textos sobre o tema indicados no capítulo 5.

Tempo previsto: 30 minutos

Explicação instrutor: 10 minutos

Plenária: 20 minutos

Material necessário: apresentação PowerPoint previamente elaborado pelo instrutor, textos indicados no material

Instrução da atividade: Reproduzir o texto 5.4 (Os ciclos de gestão territorial e ambiental) e orientar os participantes a realizar a leitura individual. É hora de dar conexão aos conhecimentos e habilidades recebidos nos outros módulos de capacitação. Para tanto, os participantes irão elaborar, individualmente, um ciclo de gestão territorial e ambiental para sua terra indígena, indicar os instrumentos mais adequados para sua realidade socioambiental e indicar, em cada um dos instrumentos selecionados, quais conhecimentos e habilidades apreendidos nos módulos anteriores são necessários para o sucesso do processo.

Tempo previsto: 3 horas

Explicação do instrutor: 15 minutos

Elaboração dos trabalhos: 2 horas

Apresentação dos trabalhos: 45 minutos

Material necessário: cópia do texto, folhas de *flip-chart*, canetas hidrocor

Complementar: Avaliação final

Tem-se consciência de que apenas a formação de monitores territoriais indígenas não é suficiente para superar os desafios contemporâneos que orbitam a temática da gestão territorial e ambiental das terras indígenas. A estratégia da formação para gestão territorial e ambiental deve ser considerada como mais um instrumento a ser adaptado, melhorado e construído em parceria com os povos indígenas. Deve ser utilizado para somar esforços na busca de autonomia dos povos indígenas e sustentabilidade de seus territórios. Porém, o envolvimento de toda a comunidade, o desenho e a implementação de arranjos institucionais para a aplicação de políticas públicas eficazes, o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil organizada e os poderes públicos municipais e estaduais, assim como a desmistificação de que as terras indígenas perfazem desertos demográficos e espaços geográficos improdutivos são desafios que devem ser enfrentados não apenas por agentes comunitários responsabilizados para esse fim. Ainda há um longo caminho a ser trilhado, e a qualificação dos povos indígenas para participarem de forma efetiva de espaços de discussão e de decisão pode ser um importante avanço.

Instrução da atividade: Preparar três tarjetas com os enunciados que indicam aspectos positivos (*que bom...*), dificuldades (*que pena...*) e sugestões para futuras capacitações (*que tal...*). Distribuir tarjetas de cartolinas aos participantes, explicar a dinâmica de avaliação final e orientá-los a preencher as tarjetas com as avaliações abaixo dos enunciados.

Tempo previsto: 30 minutos

Explicação do instrutor: 10 minutos

Avaliação: 20 minutos

Material necessário: tarjetas de cartolina, canetas hidrocor, fita adesiva

ISBN 978-85-7546-047-4



9 788575 460474 >



Por meio do: **giz** GERMAN INSTITUTION FOR INTERNATIONAL COOPERATION



Ministério da **Justiça**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA